

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO



ATA DA SESSÃO
ORDINÁRIA DE
2021/12/30

ATA N.º 03



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 3/2021

Aos trinta dias do mês de dezembro de 2021, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Extraordinária, no Cine Teatro-Avenida, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa, foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do Regimento.

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Aprovação das atas n.ºs. 5, 6 e 7, referentes às sessões de 30 de junho, 27 de julho e 1 de setembro (mandato 2017/2021) e atas n.º 1 e 2, referentes às sessões de 15 de outubro e 29 de novembro (mandatado de 2021/2025).

Ponto 2 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Ponto 3 - Apreciação e votação de propostas de “Mapas de Pessoal, para o ano de 2022”.

3.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 7/2021)

3.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 8/2021)

Ponto 4 - Apreciação e votação de propostas de “Documentos Previsionais para o Ano 2022”.

4.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 9/2021)

4.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 10/2021)

Ponto 5 - Apreciação e votação do “Relatório de Gestão Intercalar dos Serviços Municipalizados Referente ao Período de 01/01/2021 a 15/10/2021”. (Proposta n.º 11/2021)

Ponto 6 - Albigeç, EM/SA.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

6.1 – Proposta de aprovação de Orientações Estratégicas. (Proposta nº. 12/2021)

6.2 - Proposta de aprovação do Contrato de Gestão. (Proposta 13/2021)

**6.3. Proposta de aprovação de Minuta de Contrato-Programa para o Ano 2022.
(Proposta nº. 14/2021)**

**6.4. Relatório de Gestão Intercalar Referente ao Período de 01/01/2021 a 15/10/2021.
(Proposta nº. 15/2021)**

Ponto 7 - Apreciação e votação de propostas de “Auto de Transferência de Competências do Município para os Órgãos das Freguesias ao Abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de Abril. Segunda Adenda ao Auto de Transferência de Competências da Freguesia de Castelo Branco. Prorrogação do Prazo do Protocolo”. (Proposta nº. 16/2021)

Ponto 8 – Apreciação e votação de propostas de “4.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Orçamento do Ano 2021”. (Proposta nº. 17/2021)

Ponto 9 – Retificação do Ponto 9 da Convocatória do dia 29/11/2021, onde se lê: “Comissão Municipal de Defesa contra Incêndios”. Deve ler-se: “Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais”.

ADITAMENTO À CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 30/12/2021

NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 50.º. DA LEI N.º. 75/2013, DE 12/9

Ponto 10 - Discussão e votação da proposta de “Contrato-Programa para o Ano 2022.

CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar de Castelo Branco”.

(Proposta nº. 18/2021)

Ponto 11 – Discussão e votação da proposta de “Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas Juntas e Uniões de Freguesias”. (Proposta n. 19/2021)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Marques Fernandes, Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, João Nunes Marques Carvalhinho, Miguel Gregório Barroso, António Manuel dos Santos Bastos Barbosa da Fonseca (em substituição de Ernesto Candeias Martins), Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, José Alberto Moreira Duarte (em substituição de Adelina Maria Machado Martins), Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valentines Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas Silva, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Célia Afonso (em substituição de Celeste Nunes Rodrigues), Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Sara Raquel Afonso Gomes (em substituição de Ernestina Gens da Conceição Batista), António Manuel Varanda Marcelino, Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Ernesto Candeias Martins, Adelina Maria Machado Martins, Celeste Nunes Rodrigues e Ernestina Gens da Conceição Batista.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Ernesto Candeias Martins, Adelina Maria Machado Martins, Celeste Nunes Rodrigues e Ernestina Gens da Conceição Batista.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- Rosa Lopes, Gonçalves & Associados SROC, Lda. – Relatório de Informação sobre a situação Económica e financeira semestral do Município do ano de 2021;

Câmara Municipal de Castelo Branco:

- Relatório de Execução da Albigeç, EM/SA – 1º. Semestre de 2021;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Relatório de Execução da Albigeç, EM/SA – 1º. Trimestre e 2º. Trimestre de 2021;
- Instrumentos de Gestão Previsional da Albigeç, EM/SA de 2022;
- Relatório de Execução da Albigeç, EM/SA – 3º. Trimestre de 2021;
- Atas das Reuniões de Câmara Municipal, realizadas entre os dias 20 e 5 de novembro de 2021;
- ANMP - XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos dias 11 e 12 de Dezembro em Aveiro.
- ADREL – Mapa Municipal Português (1820-2020) – A Reforma de Passos Manuel;

Pedido de renúncia de Deputado Municipal

O Presidente da Assembleia deu conta de uma comunicação do deputado municipal Fernando Raposo, solicitando a renúncia ao cargo. Foi aceite pela Mesa o requerimento e dado a conhecer a todos os Deputados Municipais

Termo de Posse de um novo Membro da Assembleia Municipal de Castelo Branco

“... Aos trinta dias do mês de dezembro de 2021, nesta cidade de Castelo Branco e nos Paços do Concelho, eu Jorge Manuel Vieira Neves, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Castelo Branco, me encontrava, compareceu a fim de tomar posse do cargo de Membro da Assembleia Municipal de Castelo Branco, Maria Cristina Vicente Pires Granada, com o Cartão de Cidadão n.º. 10191577, válido até 10/07/2022, em substituição de Fernando Manuel Raposo, que tendo manifestado a sua impossibilidade para ocupar o cargo renunciou ao mandato...”

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal – Senhores Deputados, damos início à reunião da Assembleia Municipal convocada de acordo com o Regimento em vigor e com a lei n.º. 75/2013.

Para além do Edital, houve publicação nas redes sociais oficiais do Município e também publicitação no jornal Gazeta do Interior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em nome da Mesa, no início da Sessão, formulo votos de boas festas e desejo bom trabalho para todos.

Tendo em conta a situação pandémica que se agravou de novo importa reforçar a ideia de que temos que ter um comportamento adequado no sentido de evitarmos situações de contágio.

Solicita-se assim que haja espaçamento entre todos os intervenientes nesta sessão, que se mantenham com a máscara colocada e que só seja retirada quando estiverem aqui no púlpito para usar da palavra.

Na reunião com os líderes das bancadas da Assembleia foi proposto pela Mesa uma organização espacial da sala do Cine-Teatro Avenida para uma melhor gestão dos trabalhos.

O Deputado Carlos Antunes questionou esta proposta mostrando a sua discordância. Nessa perspetiva, com o objetivo de clarificar e de dar sustentabilidade legal e formal a este processo, a Mesa entende dever colocar à Assembleia esta proposta.

Vamos pôr à votação:

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos contra do PSD/CDS-PP/PPM, 1 abstenção do MPT e os restantes votos a favor, aprovar a organização espacial da Sala do Cine-Teatro Avenida, proposta pela Mesa da Assembleia Municipal.

A Lei nº. 91/2021 de 17 de dezembro, prorroga até 30 de junho de 2022 o prazo para a realização por meios de comunicação à distância das reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, alterando a Lei nº.1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

Vamos dar início às intervenções dos Senhores Deputados:

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS-PP/PPM) - O Conselho Municipal de Juventude é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude. A lei estabelece que o mesmo deve emitir um parecer obrigatório sobre o Orçamento Municipal, no que respeita às dotações afetas às políticas de juventude e às políticas sectoriais com aquelas conexas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Foi-nos ontem remetido, por e-mail, esse mesmo parecer. Até aqui, nada de anormal.

O problema surge quando no documento se lê que, em reunião realizada a 16 de dezembro, o CMJ emitiu um parecer favorável, por unanimidade, ao Orçamento. Acontece que esta informação não corresponde à realidade.

A reunião do dia 16 foi convocada de véspera com o propósito de o CMJ emitir o parecer, mas o Orçamento não foi enviado aos membros do órgão. O Sr. Presidente apresentou, nessa reunião, os traços gerais das políticas de juventude, mas como a documentação em análise não foi previamente facultada aos membros, ficou acordado que a mesma seria remetida posteriormente e que a votação do parecer ficaria pendente até esse momento.

A verdade é que a documentação nunca foi enviada e o parecer foi enviado para os membros desta Assembleia Municipal sem ter sido votado. Mas há mais, alguns membros do CMJ, para não dizer todos, foram contactados pela Câmara Municipal para a emissão do parecer já depois de o mesmo nos ter sido enviado e a opinião, ao contrário do que está escrito, não foi unânime.

Senhor Presidente, acho que tem o dever de nos explicar esta grande trapalhada!

Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida (S-MI) - Não sei bem se vou quebrar o protocolo, mas gostaria de começar a minha intervenção, cumprimentando em primeiro lugar os habitantes do concelho de Castelo Branco que nos acompanham presencialmente ou através dos sistemas de comunicação digital.

Um cumprimento muito especial para o nosso Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa.

Cumprimento também o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, as senhoras e senhores vereadores das 3 forças políticas representadas no executivo, os presidentes de Junta de Freguesia e aos meus “colegas” membros da Assembleia Municipal, das 5 forças políticas aqui representadas.

Por fim um agradecimento à Comunicação Social, que com a sua isenção, vai certamente cumprir a nobre missão de espelhar para os cidadãos o trabalho aqui desenvolvido, contribuindo assim para um maior envolvimento de todos na governação do nosso território.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



O tema que irei abordar é a ligação da A23 à EX-A1. Penso que, ainda antes de termos A23, um autarca arrojado do nosso concelho, traçou no mapa uma via de comunicação a que apelidou de “eixo ibérico”, uma via rodoviária que ligaria o litoral português, passando por Leiria e Castelo Branco até Madrid, promovendo ao mesmo tempo a ligação rodoviária mais curta entre as capitais Ibéricas...

Já com a A23 implementada e a EX-A1 encostadinha a Monfortinho começámos a ouvir falar de um tal IC31, que em parte cumpriria a função do eixo ibérico. Até, segundo a Wikipédia, seria uma ligação com perfil de auto estrada. O que é lógico porque estamos a falar de interligar duas autoestradas com um troço internacional....

No entanto o IC 31, parece ter morrido mesmo antes de ter nascido. Levou a primeira estocada em 2011/12, quando o governo de então o retirou do Plano Nacional de Infraestruturas de Valor Acrescentado. Depois disso renasceu a esperança, mas foi sol de pouca dura, uma vez que o governo atual, já este ano fez saber que o desejado IC31 afinal pouco se distinguirá de uma EN.

Tudo isto é uma afronta para os nossos cidadãos e um desrespeito pelos autarcas, de todos os quadrantes políticos, que ao longo dos anos reclamaram, com fundamento, esta ligação com perfil de auto estrada.

Podíamos despejar aqui vários argumentos técnicos para justificar este investimento enfatizando os benefícios no panorama nacional:

- Em primeiro lugar, temos o facto de se ficar com a ligação rodoviária, mais curta entre as duas capitais Ibéricas;
- Podíamos falar também da economia das transportadoras que teriam uma poupança de cerca de 90 kms, em cada viagem de ida e volta a Lisboa-Madrid;
- Em consequência desta economia poderíamos mesmo abordar a componente ambiental, calculando a diminuição das emissões de CO2 com a utilização de um trajeto mais curto.

Mas para nós o importante é centrarmo-nos nos benefícios para a nossa região. Com um nó rodoviário internacional deste calibre teríamos um verdadeiro “impulso” para a atividade económica local, com novas oportunidades de negócio para nossos empresários, e o aparecimento de novas empresas, em especial na área do transporte e logística, com reflexo na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

criação de novos empregos. Estamos até a falar de um investimento que atingiria em cheio a Vila de Alcains, que nesta altura bem necessita de um carinho do poder central.

Em vez de subsídios, são estas medidas discriminativas, que as regiões de baixa densidade estão a precisar...

Mas em vez de uma robusta ligação rodoviária internacional, parece que vamos ter uma espécie de EN, com mais preocupações em retirar o tráfego de algumas aldeias do que ligar verdadeiramente os dois países.

Li que o Senhor Presidente teve uma reunião na CIMBB com a Senhora Ministra da Coesão Territorial onde se abordou este tema, pode dizer-nos o que se passou nessa reunião?

- Quando é que os centralistas decidiram que o IC31 não teria perfil de auto estrada?
- Foi quando entrou no PRR, ou quando saiu do PRR?
- Porque é que a resolução do Conselho de Ministros n.º 46-A/2021, trata esta ligação Internacional (como se pretende seja o IC31) no mesmo pacote...de pequenas ligações regionais?
- Tendo como base o tráfego atual da A23 (comparado com outras vias fronteiriças como A6, A24 e mesmos a A22), qual o volume de tráfego expectado para a nova ligação? Será que vamos criar ali uma nova “estrada da morte” devido a um dimensionamento inadequado?
- O que se vai passar do outro lado da fronteira? como vai o Governo Espanhol encarar a ausência de um perfil de auto estrada do lado português?...vai levar a EX-A1 até Monfortinho? Ou vamos continuar a usar a EX-108 com seus 6,6 metros da largura e sem bermas?

E nós, vamos resignar-nos à morte anunciada do verdadeiro IC31?

Para tentar perceber isto, assisti à última sessão pública do executivo e notei a titubeante opinião do Senhor Presidente da Câmara, confirmada no seu artigo do DN, onde me parece defender a situação do “é melhor isto que nada”. E o que dizer da falta de opinião sobre o assunto, manifestada pelo outro partido representado no executivo...

Posso até compreender que as forças políticas de partidos do “arco da governação” tenham de se sujeitar à disciplina partidária, para não afrontar as lideranças nacionais, mas é para ultrapassar essas situações que servem os movimentos independentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não temos que nos preocupar com as afrontas aos centralistas, mas sim... vamos preocupar-nos com as afrontas aos nossos cidadãos.

Por essa razão convidamos todas as forças políticas a votar a moção que aqui apresentámos, que apela ao Governo de Portugal, para que reveja a decisão política sobre a configuração do IC31. Temos que unir as nossas vozes em prol da nossa gente, para que (e penso que estou a citar o nosso primeiro ministro) “O Interior deixe de ser o Quintal do Litoral”

Muito Obrigado. Continuação de Boas Festas a todos.

João Nuno Marques Carvalhinho (PS) - Antes de mais, formulo votos de Boas Festas, com esperança de que o novo ano traga, a todas e a todos, paz, saúde e prosperidade.

Esta Assembleia, que reúne em tempo propenso a balanços, constitui uma primeira e excelente oportunidade para dar cumprimento a um importante desígnio deste mandato: **recuperar e dar um novo impulso a Castelo Branco.**

Recuperar Castelo Branco, na credibilidade e no prestígio das instituições municipais junto das suas pares e demais entidades oficiais, junto das empresas e dos munícipes.

Recuperar para Castelo Branco o tempo perdido durante o anterior mandato autárquico.

Tempo de balanços. Todavia, hoje, não há tempo para fazer todos.

Vamos começar com uma área prioritária para a nossa comunidade, a **habitação**.

A habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado – *“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”* art.º 65.º da CRP.

A habitação é uma base forte de uma sociedade estável e coesa, que permite aos cidadãos aceder a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego.

Em 2018, o Governo do **Partido Socialista** apresentou a “Nova Geração de Políticas de Habitação”, com programas e medidas como o “1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação”, o “Porta 65 – Jovem”, o “Reabilitar para Arrendar”, entre outros.

Aquela **reforma estrutural** conduzida pelo **PS** tem duas preocupações essenciais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

garantir o acesso de todos a uma habitação adequada e criar condições para impulsionar a reabilitação do parque habitacional privado, destinado ao arrendamento, estimulando a revitalização dos centros urbanos.

Castelo Branco tem que ter uma política municipal orientada para o fomento da reabilitação e do arrendamento, para promover o acesso dos cidadãos à habitação e à fixação de população jovem, crucial no desafio demográfico que enfrentamos.

Desafortunadamente, as lideranças do anterior executivo municipal não agarraram a oportunidade proporcionada pelas medidas do Governo, e permaneceram **indiferentes** à urgência de continuar a prioridade à habitação, não obstante alguns alertas e avisos.

A Câmara Municipal de Castelo Branco **teve**, durante anos, uma **intervenção decisiva no domínio da habitação**. Com a construção e reabilitação de centenas de residências e a criação de instrumentos de política para responder às necessidades habitacionais dos cidadãos, como as Áreas de Reabilitação Urbana, com os respetivos mecanismos de execução, e o programa Habitar Castelo Branco.

Nos últimos **4 anos**, assistiu-se a uma **séria incapacidade** para prosseguir aquele rumo.

Quando, em **2020**, o **Plano de Recuperação e Resiliência**, a resposta europeia para combate aos efeitos da pandemia, destinou milhões de Euros para políticas de habitação, a **autarquia albicastrense não estava preparada para aceder aos financiamentos**.

O Município de Castelo Branco e os seus munícipes só poderão ter acesso ao **dinheiro do PRR** e aos demais apoios públicos para a habitação, se e quando existir a **Estratégia Local de Habitação**, que é um instrumento de planeamento de iniciativa municipal.

Este requisito é **conhecido desde 2018**.

No entanto, dada a **dolosa inação** do anterior executivo municipal, apenas em **maio de 2021** é que foi adjudicada uma aquisição de serviços para a definição daquela estratégia. E, pasme-se, de **maio até outubro de 2021**, não foi dada qualquer atenção ao assunto, nem feita qualquer reunião de trabalho com a firma adjudicatária.

Aquela conduta representou um **prejuízo grave** para os interesses dos albicastrenses e do Município.

O PRR tem previstos mais de 1,2 mil milhões de Euros em subvenções, a fundo perdido, para **financiar** as Estratégias Locais de Habitação. E Castelo Branco, ao contrário de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



mais de 60 autarquias no país, algumas vizinhas, **não tem ELH!**

Senhor Presidente da Câmara, esta é uma questão delicada, entre outras, que herdou, por isso **saúdo a prioridade** que deu à sua resolução, **assinalando** o facto de a reunião de arranque dos trabalhos de elaboração da ELH **só ter acontecido com o seu executivo.**

Senhor Presidente, o **caminho da recuperação** não será fácil, até porque há quem pretenda, apenas por capricho ou mesquinhos interesses, criar mais dificuldades. Mas, tenha uma certeza, a maioria desta assembleia e a maioria dos albicastrenses apoia o seu esforço e deseja o seu êxito, que será bom para Castelo Branco.

António Manuel dos Santos Bastos Barbosa da Fonseca (MPT) - Venho a esta assembleia em substituição do Professor Ernesto Candeias.

Nesta minha primeira intervenção quero fazer notar que é a primeira de várias.

É esta a primeira vez que estou neste papel, foi também a primeira vez que fui candidato numa eleição autárquica, e é também a primeira vez que tenho acção política efectiva.

Serve esta introdução para o caso de cometer alguma gaffe e, pois, pedir desde já vossa compreensão e paciência.

Estamos hoje aqui para apreciar e votar um conjunto de situações decorrentes e necessárias à gestão do município.

E nesse sentido, antes de irmos detalhar, discutir e votar as várias questões previstas na Ordem de Trabalhos entendo ser importante referir dois dados factuais.

Castelo Branco foi a capital de Distrito com Instituições de Ensino Superior a que mais população perdeu. Pelos Censos que consultei, em 10 anos perdeu mais de 4000 habitantes.

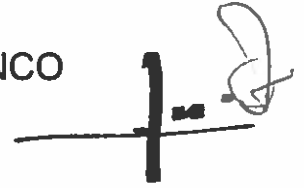
Entretanto o nº de habitantes idosos por cada 100 jovens aumentou significativamente (de 188 em 2011 para 250 em 2021). A população diminui e envelhece.

Se bem que muita justificação para estes dados negativos se deverem ao centralismo esgotante e depredador que Lisboa em particular exerce sobre o país, cabe aos que cá estão, encontrar as formas mais eficazes, criativas, inovadoras e proactivas para inverter ou anular os factores que estão a prejudicar os albicastrenses.

Notoriamente, até pelos tristes números a que antes referi, a governação da última década não teve essa capacidade. Os números não mentem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Precisamos de uma nova forma de abordar os problemas, de encontrar alternativas ao que se tem feito. Fazer o que sempre se fez e esperar resultados diferentes é a definição de insanidade.

Não existe outra forma de dinamizar os territórios sem ter em consideração a capacidade de executar, de intervir, de fazer das pessoas. Será necessário, para ambicionar ter um futuro diferente do que agora se antecipa, entregando às pessoas, aos munícipes, a capacidade de tomarem decisões, e de se responsabilizarem por elas. Dar iniciativa às populações, saber escutar e ser indutor de mudanças positivas é a única forma de criar valor, riqueza, emprego e autoestima.

As decisões que aqui vamos tomar sobre diferentes opções de atuação têm um autor, e têm repercussões.

Quem, nos trouxe até aqui pouco mais fez do que despejar betão em cima dos problemas. O resultado é o conhecido. Os resultados dessas opções apresentam-nos um futuro que não é muito auspicioso.

Estamos neste grupo parlamentar, como tem sido dito, disponíveis para a criação de pontes e encontrar consensos e formas de superar dificuldades. Mas também não hesitaremos em queimar as pontes que nos levem a pântanos, inércia, comodismo e prejuízo.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Queria antes de mais, desejar as Boas Festas, na esperança que daqui a um ano não estejamos nestas festas, como estamos hoje com estas limitações todas, vamos ver se estas limitações foram adequadas. A história se encarregará dessa avaliação.

O CHEGA como partido defensor do pilar fundamental da sociedade que é a família, constatou recentemente, como todos aqui, de uma situação muito desagradável num lar aqui do nosso concelho. Mas, mais ainda impressionado fiquei, com o facto de o Senhor Presidente da Câmara dizer que desconhecia a situação.

O que o CHEGA quer saber, é o que se vai fazer para resolver aquele problema porque é um problema premente. Se as pessoas vão ser alocadas em outros lares? Se essa alocação vai prejudicar as pessoas que estavam na lista de espera para lares legais por uma vaga? Se existe por parte da Câmara Municipal um acompanhamento da situação dos lares?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Faz-me confusão e sou novo na política, é como existem lares ilegais.

Como é que isto é possível? Toda a gente sabe, e continua a existir um lar ilegal.

Com a pandemia, vimos o problema da mortalidade que provocou e como é que continuamos como se nada fosse? Nós temos tão pouca gente. A intervenção anterior falava da falta de população e não conseguimos proteger aqueles que tiveram uma vida a trabalhar. São tão poucos e como é que os metem num lar ilegal?

Se existe um acompanhamento da parte da Câmara Municipal, ou seja, temos este problema, tem que ser resolvido rapidamente, mas mais do que isso, como é que vamos encontrar uma solução para este tipo de problemas não se tornar a repetir? É uma situação que envergonha toda a gente. Quando aparece na Comunicação Social, sentimos vergonha. Não pode ser assim. Temos que corrigir esta situação.

José Alberto Moreira Duarte (PSD/CDS-PP/PPM) - Em primeiro lugar, desejar a todos Boas Festas e que o próximo ano nos traga claramente uma situação melhor do que aquela que estamos a viver hoje.

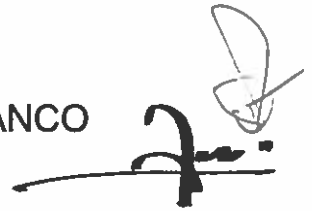
Em segundo lugar, felicitar e cumprimentar todos aqueles que entraram pela primeira vez nesta Assembleia. Eu acabei por sair, mas hoje, por razões perfeitamente inesperadas, às oito da manhã é que fui surpreendido com uma chamada a pedir que viesse porque a pessoa que devia estar aqui também não estava em condições de saúde para poder estar aqui, portanto, foi uma situação repentina.

Só faltei aqui a duas ou três sessões e fiquei perplexo ao que assisti hoje, ou seja, o Senhor Presidente da Mesa coloca questões a votação que nem sequer estão na ordem de trabalhos. Achei estranha esta votação, se este é o novo modelo e o novo paradigma, estamos sempre a aprender. A razão pela qual votei contra, e manifesto desde já aqui, só deve haver votação de questões que estão na Ordem de Trabalhos. A mim não me preocupa nada porque me sentei no mesmo lugar onde sempre me sentei.

Aceite isto como minha opinião sincera e sem qualquer outra intenção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



As chuvas que procederam ao Natal transformaram algumas das nossas ruas e avenidas da cidade em zonas de algum risco tanto para os peões como para os carros que lá passaram e tive conhecimento e foi-me dito que alguns buracos transformaram a vida de algumas pessoas num perfeito sofrimento porque danificaram os respetivos veículos e transtornaram as suas vidas.

O Senhor Presidente já terá conhecimento dessa situação, mas era bom lembrar que nestas situações os buracos devem ser reparados o mais rapidamente possível e as vias devem ser repostas porque não faz sentido quando isto acontece transtornar a vida das pessoas.

Resta-me desejar a todos um excelente ano e continuação de bons trabalhos.

Presidente da Assembleia Municipal - Só referir que efetivamente, tem razão no que diz respeito a essa questão, mas aquilo que a Mesa achou foi que era uma situação perfeitamente excecional e tendo em conta também o período de pandemia que estamos a viver, era importante esta clarificação. Como não houve unanimidade, achamos que a melhor forma era a votação para maior clarificação. Isto também é uma questão de metodologia, não tem nada a ver com questões absolutamente transcendentais no que diz respeito à atividade municipal e foi por esse motivo que a Mesa achou importante colocar esta questão à votação porque é apenas uma questão de organização da sala e nada mais, não tem qualquer tipo de relevância.

Maria José Sobreira Rafael (S-MI) - Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa os restantes elementos da mesa.

Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, a acompanhar-nos à distância, as Senhoras e Senhores Vereadores, as Senhoras e Senhores membros desta Assembleia Municipal, Comunicação Social e restante público presente.

"Castelo Branco vai ter água, aconteça o que acontecer". Esta era a convicção expressa pelo ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates quando apresentou o projeto para a construção da nova Barragem que iria reforçar o abastecimento de água ao concelho albicastrense - a Barragem do Barbaído.

Em Junho de 2001, foi constituída a empresa Águas do Centro que iria construir o sistema Multimunicipal de Abastecimento e de Saneamento de Águas Residuais de Raia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Zêzere e Nabão. A construção desta nova Barragem localizada junto à aldeia de Barbaído, seria assumida por esta empresa e serviria as populações dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão e o sul do concelho do Fundão.

O investimento, na altura, cifrava-se em 20 milhões de euros, valor que na atualidade será bem superior. A barragem iria integrar o sistema que abastece uma população de cerca de 120 mil pessoas, com capacidade total de 28,1 milhões m³, inundando uma área de 294 hac.

Dir-me-ão os eloquentes, preocupados com as alterações climáticas que é importante a construção da barragem. Concordamos... Mas pensemos um pouco mais além. Tratando-se de um projeto que serve um sistema multimunicipal, que abrange, por isso, muitos concelhos, e tendo sido concessionado às Águas de Portugal em 2001, por ser uma infraestrutura em alta, e que até hoje não se concretizou, não deveria ser as Águas do Vale do Tejo ou/e o Governo os responsáveis pelo investimento da construção da barragem do Barbaído?

E também concordamos que é preocupante a falta de uma ideia clara sobre um projeto desta dimensão por parte de quem lidera o Município e mais preocupante se torna se, de forma pouco pertinente, não forem assegurados os interesses do Município junto do Governo, nomeadamente a responsabilidade financeira sobre o mesmo.

O Senhor Presidente da Câmara referiu em reunião do Executivo que encetou contactos com o Governo e com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRDC) sobre as barragens do Barbaído e do Alvito. E quando pensa esclarecer os presentes e os Múncipes, em geral, sobre o assunto referido? É de máxima importância e urgência que isso aconteça para que possamos analisar o projeto em consciência e com todas as cartas sobre a mesa. Perguntamos: Sendo um investimento que o Senhor Presidente pretende assumir, vai subir o preço da água aos consumidores?

A falta de respostas sobre este assunto, quer ao Executivo, quer nesta Assembleia, parece-nos revelar desconhecimento sobre este tema.

Num jornal regional, de julho passado, à cerca do Regadio, pode ler-se que, na altura candidato do PS, propunha-se analisar todas os projetos apresentados e que os mais equilibrados seriam apoiados. Só esta afirmação revela algum desconhecimento sobre o tema porque na verdade só existe um projeto para o regadio, aprovado inclusivamente por este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Governo PS. E ultimamente fez uma declaração em que refere “sou contra o Regadio”. Uma incoerência do Sr. Presidente.

Dirão novamente que a água se poderá esgotar e que teremos de pensar no nosso futuro.

E mais uma vez, concordamos.... mas construída a barragem do Barbaído, que para o abastecimento de Castelo Branco terá de vazar na Marateca, passaremos a ter muitos mais milhões de m³ de água e que com a devida ponderação, equilíbrio e equidade poderiam ser apoiadas propostas de regadio. Pensamos ser uma contradição construir uma barragem e não apoiar o regadio. Mais uma vez, continuamos sem entender o objetivo do Senhor Presidente. Pois se dá como adquirido a quase duplicação do volume de água armazenada através da construção da barragem do Barbaído, porque está contra, logo à partida, à construção do Regadio? Um investimento considerável financiado a 100% por fundos fora do orçamento municipal e que muito valorizaria a nossa agricultura.

Vou, mais uma vez, referir as questões que ficam no ar e que gostaríamos de ver respondidas bem como esclarecer todos os munícipes:

- Qual o valor do investimento em causa?
- É o orçamento municipal a assegurar o mesmo?
- Qual a verdadeira dimensão do projeto?
- Qual o objetivo primordial do investimento?
- Qual a posição do Governo e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro sobre o mesmo?
- Será que vamos ter resposta a estas questões?

Mas antes mesmo das possíveis respostas a estas perguntas, o SEMPRE volta a afirmar a sua posição. Não somos contra a construção da barragem do Barbaído, somos sim, contra a que sejam os albicastrenses a pagá-la. A sua construção colocará em causa a sustentabilidade financeira do município, e terá como consequência o aumento do preço da água, só e apenas aos albicastrenses. Repito, somos contra a que sejam os albicastrenses a pagar a construção da barragem do Barbaído.

Há quem proponha audácia.... Nós propomos mais, audácia com visão, responsabilidade, critério e com foco no interesse dos munícipes.

Acabo a desejar um excelente 2022, com muita Saúde.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Obrigada

Milena Cristina da Silva Marques Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Alcains) -

Os meus sinceros votos de Boas Festas.

Desde março de 2020, que o mundo se vê diante de um colapso sanitário provocado pela pandemia do coronavírus (SARS-COV-2), responsável pela doença conhecida como Covid-19, que nos veio alterar a forma de estar e de viver mostrando-nos como somos frágeis face a situações que não conseguimos dominar.

Todos os dias emergem discursos que tomam por temática a pandemia em diferentes formatos genéricos, como notícias e reportagens, artigos científicos, sermões religiosos e conversas informais, mediadas ou não pela tecnologia.

À COVID-19 não interessa quem somos, onde vivemos, em que acreditamos ou qualquer outra diferença.

Necessitamos de toda a solidariedade possível para lidarmos com isto todos juntos.

Têm sido tempos duros.

Sabemos que é urgente travar a pandemia, devemos agir agora para fortalecer as nossas famílias, as nossas empresas, a nossa economia e as nossas gentes dependem disso.

Mas compreender a realidade da pandemia que nos assola é difícil não só pelos sentimentos que desperta, limitando a razão, mas também porque os dados disponibilizados têm elevada dose de incerteza e dependem de processos amostrais.

Como enfermeira testemunhei algumas situações que me marcaram como pessoa e como profissional para todo o sempre.

Por isso apelo às Instituições, aos media, às empresas, à sociedade civil, apelo a todos que sejam responsáveis nesta luta que é de todos.

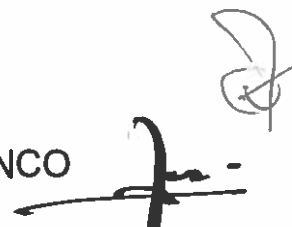
Com a vacinação veio a esperança de uma regressão da pandemia, efetivamente a vacinação reduziu o risco de infeção por SARS-CoV-2 e de evolução clínica para doença grave e morte por COVID-19.

O risco de ser internado devido à COVID-19 dos não vacinados é cerca de 21 vezes superior ao risco suportado pelos vacinados.

Apesar deste conhecimento, não sabemos quando vamos voltar a normalidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



A identificação de novas variantes, com um potencial de maior transmissibilidade, leva ao reforço de medidas de saúde pública.

A realização de testes laboratoriais para SARS-CoV-2, foi a medida adicional adotada como prevenção.

De acordo com a DGS:

A Estratégia de Testes para SARS-CoV-2 deve ser adaptável à situação epidemiológica da COVID-19 a nível regional e local, bem como aos recursos disponíveis.

A Estratégia de Testes para SARS-CoV-2 tem como objetivos, através da utilização adequada de testes laboratoriais

- *Prevenir e mitigar o impacto da infeção por SARS-CoV-2 nos serviços de saúde e nas populações vulneráveis,*
- *Reduzir e controlar a transmissão da infeção por SARS-CoV-2 e*
- *Monitorizar a evolução epidemiológica da COVID-19.*

A Câmara Municipal de Castelo Branco, prosseguindo sempre o interesse na protecção dos seus munícipes, face à época festiva que está a decorrer e em parceria com a Unidade Local de Saúde de Castelo, reforçou as medidas de protecção e apoio, instalando um centro de testagem à Covid-19 no Centro Cívico da cidade de Castelo Branco.

Um contributo importante para a população, pois veio reforçar a testagem permitindo a realização de mais de 150 testes de antígeno para a Covid-19 diários.

Esta iniciativa permitiu que várias pessoas pudessem passar o Natal em segurança com os seus familiares e também que outras fossem visitar os seus entes mais queridos a lares e hospitais.

Esta pandemia veio afetar as nossas relações interpessoais e familiares,

Somos um povo de afetos e de toque, a falta de podermos dar um abraço apertado aos nossos filhos, pais e/ou visitar livremente os nossos avós é, especialmente, marcante nesta época do ano e uma necessidade para todos nós.

Sabemos que contamos com as vacinas e as testagens mas não podemos esquecer a prevenção e evitar comportamentos de risco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Apelo que face ao aumento expressivo do número de casos esta iniciativa se mantenha e se alargue às freguesias, pois é aí que temos uma população mais envelhecida e vulnerável.

Agora que 2022 se aproxima à distância de um dia, que nas nossas freguesias e cidade vamos ter um espetáculo de cor e luz, bem-haja à Câmara Municipal de Castelo Branco, termino desejando um Feliz 2022, cheio de Saúde e Esperança.

Ana Cristina Marques Lourenço (S-MI) - Cumprimento a digníssima Mesa, Vereadores, os caríssimos colegas da Assembleia Municipal, os munícipes aqui presentes, comunicação social e todos os que nos acompanham online.

A nossa intervenção aborda a organização do Natal Branco.

E, neste ponto, gostaríamos de obter clarificações a algumas questões prementes.

Onde está o plano de contingência do evento? Sabemos que foi pedido mais do que uma vez! Porque não foi facultado? Porque não foi divulgado publicamente, de forma a acautelar as devidas, e necessárias, medidas de segurança para comerciantes, expositores, moradores e visitantes?

Numa iniciativa que custou mais do que 280.000€, sabendo da situação pandémica que Castelo Branco atravessava, analisando dados reais sobre o crescimento exponencial de casos, não seria de se prevenir estas questões de segurança e de saúde pública, protegendo todos? Não seria até de se equacionar, a organização da iniciativa ou de algumas atividades dentro do Natal Branco?

Houve algum parecer do delegado regional de saúde ou da DGS? Se sim, porque não foi facultado?

Valeu a pena fechar uma rua movimentada da cidade causando transtorno a moradores e lojistas, numa zona de difícil acesso e estacionamento, em detrimento de uma rua de acesso pedonal? para um Mercadinho de Natal que funcionou apenas 9 dias, (4 dos quais em horário reduzido?) Qual foi o retorno monetário para expositores e comerciantes? Fizeram inquéritos?

Fez sentido alugar um Comboio de Natal que circulava fechado, sem sinalética da DGS adequada, sem dispensador de álcool gel e que não era desinfetado entre viagens?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Já para não falar da falta de sustentabilidade da instalação natalícia da Avenida 1º de Maio. *Será que esta instalação está alinhada com o facto de Castelo Branco ser um Living Lab para a Sustentabilidade, no âmbito do Projeto Europeu FUSILLI?*

Este foi, no nosso entender, um Natal Branco remendado e a pedido, em que qualquer reclamação dava origem a luzes de Natal. Demonstra clara falta de organização e planeamento.

Uma das inovações deste Natal foi a distribuição de bilhetes para o circo às crianças. Sabia Sr. Presidente, que para levar uma criança ao circo cada progenitor teve de pagar 20€? Este não foi um Natal inovador para todas as crianças, pois infelizmente nem todas as famílias podem pagar 20€ para levar o seu filho ao circo. Mais uma medida apenas para alguns, a par da devolução do IRS.

Somos completamente a favor de iniciativas que impulsionem a economia, o turismo e ajudem os nossos comerciantes e instituições, e estaremos sempre disponíveis e sempre dispostos a trabalhar com todos nesse sentido. Mas o impulso à economia da nossa região e a promoção da imagem do nosso concelho, não se faz só analisando custos/ benefícios.

A responsabilidade pública, o dever de proteção e o compromisso da representatividade de todos os albicastrenses, deveriam ter sido acrescentados à decisão, para que esta iniciativa de Natal apregoada de tão grande envergadura e de orçamento tão elevado, que todos iremos pagar, não tivesse, por força das circunstâncias antecipadamente conhecidas por todos, de ser cancelada apenas 2 semanas e meia após a sua inauguração, e exatamente no dia da véspera de Natal.

Para terminar, registamos que manteve o “Espetáculo Movimento” da Passagem de Ano do anterior executivo, na altura não concretizado, pois face à situação pandémica, entendeu-se razoável não efetuar a despesa por ser mais um encargo para os albicastrenses.

Bem-haja a todos e Bom Ano de 2022.

José Dias dos Santos Pires (PS) – “Quando se vê um arvoredor, o importante não são as árvores, mas os espaços entre elas”, disse um dia Óscar Niemeyer e concluiu: “O meu trabalho não tem importância, nem a arquitetura tem importância para mim. Para mim o importante é a vida, o poder abraçar os outros, conhecer as pessoas, haver solidariedade, pensar num mundo melhor, o resto é conversa fiada, apenas palavras”.

Afinal o que valem as palavras que no final de todos os anos se repetem?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Valerão a mudança prometida trezentos e sessenta e tal dias antes?

A mudança é uma das palavras que mais nos atraem e que mais nos incomodam. E, se não é, devia ser, porque mudar exige muito trabalho.

Muitos de nós, somos atraídos pelo que ela representa de novidade, como nas palavras de Camões: “Todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades” e sabemos que é boa a mudança quando sustentada em convicções porque, como escreveu Vicente Alexandre, “Ser leal a si mesmo é a única maneira de conseguir ser leal aos outros.”

Por convencimento ou por conveniência construída em jogos de cintura que transformam as colunas vertebrais em estruturas vermiformes, para alguns, a mudança é um inimigo a abater.

A outros, a palavra mudança atrai-nos, se vem temperada de desafio e nos acicata a criatividade para traçar novos caminhos.

Os tempos atuais de incerteza rodeiam-nos a vida de palavras simpáticas, aparentemente acolhedoras, mas profundamente interesseiras. As palavras, elas mesmas, não têm a culpa. Estão ali, e os interesseiros usam-nas para dizer mal sem fundamento e sem contraditório, e querem usar-nos com elas, para que, distraídos, nos pareça que as palavras nos servem sempre.

Puro engano: muitas vezes as palavras servem-se dos incautos. Insidiosas, escorregam-se pelos poros adentro. Habilidosas, estranham-se, entranham-se e apagam-se para promover o desconhecimento das palavras cidadania, valores ou princípios.

Mas há outras palavras que resistem todos os dias e rompem, devagarinho, as muralhas. São as palavras antigas, dos livros que já não lemos e das cartas que já não escrevemos: verdade, coerência, vontade, risco e, sobretudo esperança.

Depois das palavras eleitorais, Castelo Branco vive por estes dias iluminada por uma luz de esperança num conjunto de iniciativas sempre esperadas. É uma esperança exigente que vai para além de uma celebração de festas de advento. Um advento que é mais que a antecipação do Natal, porque é a antecipação da chegada de alguma coisa, alguma coisa nova: a proximidade efetiva, verdadeira e sem servilismos: a vizinhança que nos exige que não nos esqueçamos que somos parte da humanidade cada vez mais sem luz e sem tempo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Preparamo-nos, como todos os anos, para virar mais uma página na agenda da nossa vida para que tudo não se resuma a silêncio, tempo e paciência. Mas o tempo e paciência nada são sem proximidade; nada transportam se não houver como gerar confiança; nada concretizam se não houver vontade, verdade e vizinhança.

Aproxima-se o final de mais uma etapa em que quase todos nos (com)prometemos a promover a mudança, algo o que é tão difícil quanto a aprendizagem necessária para ficar a saber como ouvir com outros ouvidos e como ler com outros olhos, que não exclusivamente os nossos, para que nos possamos guiar até ao essencial da vida em comunidade que é, ela mesma, a génese de todos os desafios.

Nós não tememos ser desafiados. Quem não teme ser desafiado, obriga-se, na vida autárquica, a conhecer a rua, a reconhecer as pessoas e a indicar, a todos, a direção a tomar, os lugares aonde ir, as coisas a tocar, os sentires a sentir, os momentos a reter e como promover as ações necessárias.

Nas autarquias albicastrenses há, de uma vez por todas, a obrigação de nunca mais fingir estar próximo. Queremos aprender novas leituras para poder mostrar que sabemos destrinçar os passos das formigas e o bater das asas das borboletas e não ter medo de as imitar, o mesmo é dizer: trabalho e criatividade.

Os eleitos do Partido Socialista temos tentado, e conseguido — diga-se, demonstrá-lo no pouco tempo dos nossos novos compromissos. No fundo estamos a tentar perceber o sentido do vento e a intensidade do sol; a reconhecer as mãos amigas e a evitar as mãos fingidas.

Queremos merecer ganhar a impaciência tranquila de quem sabe a razão e o lugar onde se caminha, mas também onde se pode tropeçar.

Estamos dispostos a ver o interior de todas as coisas, a conhecer e compreender a ignorância e a sabedoria.

Em 2022 queremos ser melhores, sentir o sorriso dos que conosco partilhem o trabalho comunitário e usufruam dos seus resultados, mesmo sabendo que nunca chegaremos à palavra final e à impávida verdade. "Quando se vê um arvoredo, o importante não são as árvores, mas os espaços entre elas", disse um dia Óscar Niemeyer, o grande arquiteto brasileiro.

Os eleitos do Partido Socialista sentem-se cada vez mais motivados para compreender que é nossa obrigação estar informados para descobrir, afirmar e escolher o que nos apraz ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

não, sem cometer erros de avaliação e sem usar fogos-de-artifício e fanfarras fora de tempo e de lugar, mesmo que alguma gritaria seja polida e o foguetório seja subtil (e tantas vezes hipócrita).

Espero que, por nossa boa culpa, 2022 seja melhor para todos nós.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) – Reunimos hoje, a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Castelo Branco após as eleições do passado dia 26 de setembro, ou seja, este Executivo tem apenas cerca de dois meses de governação.

Chegamos ao final de 2021 num ano em que a pandemia continua a condicionar o nosso quotidiano e que felizmente, um ano em que a esperança e as concretizações nos levam a perspetivar e a passar, ou pelo menos a minorar os efeitos nocivos desta pandemia.

Realizou-se no passado dia 6 de dezembro de 2021 uma conferência subordinada ao tema “Oportunidades, Desafios do Comércio e Restauração” que contou com a presença do Senhor Secretário de Estado do Comércio e Serviços, João Torres, com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, com a Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa - ACICB, e com a Associação Empresarial da Beira Baixa – AEBB, ainda com a Delegação da AHRESP de Castelo Branco e com os respetivos Presidentes.

O Senhor Secretário de Estado do Comércio e Serviços destacou que no Programa Apoiar, Castelo Branco viu aprovados cerca de dois milhões e meio de euros de apoio à liquidez das empresas promovidas pela Câmara Municipal, esta iniciativa desta conferência subordinada ao tema da restauração e comércio.

Uma das questões abordadas nesta conferência foi a falta de mão de obra.

Também foi abordada nesta conferência a necessidade de atrair e fixar pessoas no nosso território, no nosso concelho. Essa foi precisamente uma das pedras de toque que foi tida em conta pelo novo Executivo na definição da sua estratégia de governação, a fixação e atração de pessoas e através destas, teremos também a colmatação da falta de mão de obra.

Por outro lado, sem prejuízo de ainda a seu tempo, me pronunciar sobre o aspeto do IC31, queria aqui dizer o seguinte: reconhecemos a importância desde sempre do IC31, mas não quisemos nunca um A31. Sempre quisemos um IC31. Queremos, de facto, que seja construída uma via complementar como é definida a nível da engenharia, uma via



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

complementar que promova o desenvolvimento da nossa região, que tenha em conta as nossas expectativas quanto à nossa região, não somos contra o IC31. Não somos a favor intransigentemente do tudo ou nada. Nós queremos o IC31 para a nossa região, queremos que a nossa região de uma vez por todas tenha um itinerário complementar que sirva as suas populações.

Votos de Boas Festas.

Presidente da Assembleia Municipal – Está então encerrado este período de intervenções. Temos uma moção que entrou na Mesa para ser discutida e deliberada e o assunto é “Ligação da A23 à EX-A1”.

O Membro da Assembleia Municipal, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, do Partido Sempre-MI, leu a seguinte moção:

Moção (S-MI)

Ligação da A23 à Ex-A1

Descrição

Há muitos anos que Castelo Branco, ambiciona uma ligação entre a A23 e a Ex-A1 da Extremadura espanhola.

Trata-se de uma obra estruturante para o desenvolvimento de Castelo Branco, do Distrito, da região Centro e até mesmo do país no seu todo. Para cumprir plenamente o seu objetivo, esta ligação rodoviária, mais conhecida como IC31, sempre foi vista e prometida em perfil de autoestrada.

O recente anúncio do perfil dessa ligação, causou enorme decepção em todos os albicastrenses, pois não espelha o perfil de autoestrada, mencionando apenas a construção de duas faixas, em dois troços distintos: um novo e outro assente na requalificação de uma estrada já existente (N239), com paragens de autocarro e passadeiras.

Isto não é apenas uma enorme desilusão, é sobretudo e em primeira instância, uma falha grave na implementação de medidas descritivas para os nossos territórios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Conclusão:

Assim, propomos que a Assembleia Municipal de Castelo Branco, reunida em sessão ordinária, datada de 30/12/2021, delibere:

1. Que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal faça chegar ao Governo de Portugal o descontentamento gerado na nossa comunidade, causado pelo anúncio do perfil previsto para o IC31;
2. Que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicite ao Governo de Portugal a revisão do perfil previsto para o IC31, transformado o mesmo em perfil de autoestrada.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Antes de mais quero saudar a moção do S-MI que foi ao encontro também das nossas expectativas.

Sou proprietário de uma empresa de transportes internacionais, faço aquele percurso muitas vezes. Só queria salientar uma questão, Castelo Branco está colado a Espanha, ali é que está a Europa, no outro lado está o mar, temos 184 quilómetros da A5 que liga Madrid a Navalmoral, os espanhóis fizeram mais cem quilómetros da ex-A1 para Navalmoral, até Moraleja. O que é que vamos fazer com o IC31? Vamos fazer um funil.

Quero que tenham a noção, aquilo que vi aqui da proposta do PS e não vamos ter medo das palavras, os caixões que saírem do IC31 vão ter escrito de lado, PS porque foram vocês que fizeram isso. Olhem para aquilo que acontece no IC8, é uma estrada extremamente perigosa, todas as semanas há acidentes, mortes naquela estrada e vamos fazer um IC31 que vai continuar com as mortes. Acontece no IC8, temos que ter esta noção.

A escolha é fazer uma estrada que vai ligar as duas capitais de Portugal/Espanha, já hoje é a ligação mais rápida, mais barata e mais eficiente, estamos a falar de uma hora a menos, passar por aqui, ou passar por Badajoz de camião, de carro ligeiro demoramos 2 horas. E aquilo que vocês querem é fazer um funil. Convido, depois de passar esta altura do Covid, a fazerem a estrada, irem conhecer a estrada. Para mim, se é IC31, A2, o que for, é em perfil de autoestrada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em Espanha é autoestrada e não é paga, por isso o querer pagar é uma ideia PS e não minha.

José Dias dos Santos Pires (PS) – Senhor representante do CHEGA na Assembleia Municipal de Castelo Branco, compreendo claramente das suas razões do que faz do IC31, mas gostava que me esclarecesse com que valores e princípios é que o Senhor afirma que todos os acidentes que acontecerem no IC31 devem trazer nos caixões a palavra PS? É uma estupidez política e é uma falta de respeito para todos nós que aqui estamos. Nós também defendemos um perfil diferente eventualmente proposto pela Senhora Ministra, mas nunca diríamos se o CHEGA estivesse no poder que os caixões tinham que trazer as letras garrafais do partido do CHEGA.

Desculpe, não são formas de estar na política, não são formas, nem sequer significam, nem valores, nem princípios, nem de nada daquilo que respeita a democracia.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) – Antes de mais, não posso deixar de tecer aqui também ao Senhor Deputado do Partido CHEGA. Na política há linhas vermelhas porque a política não justifica que se possa ofender as pessoas. O Senhor ofendeu as pessoas, ofendeu os eleitores que votaram no PS e ofendeu também quem foi eleito pelo PS. Não vale tudo na política para fazer chavões demagógicos e ofensivos das pessoas. A Democracia também conhece direitos e deveres e um dos deveres é não ofender as pessoas. Não se faz política a ofender as pessoas.

Por outro lado, quanto ao IC31, na síntese geral, não somos, nem nunca fomos contra o IC31. Nós queremos o IC31 e é uma forma de uma vez por todas de o IC31 ser construído.

Quanto ao traçado de autoestrada, há estradas seguras e inseguras, quer sejam os acidentes que ocorrem em autoestradas, quer não seja em autoestradas, isso tem a ver com muitas situações, com muitas condicionantes.

O itinerário complementar é definido do glossário de estatísticas de transportes da União Europeia como sendo uma via integrada na rede nacional complementar, daí o IC31 não ser uma via principal, é uma via complementar, daí ser totalmente concebível com um traçado que não seja de autoestrada que estabelece ligações de maior interesse regional. E é de facto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

esta via complementar pela qual lutamos há décadas para salvaguardar quer as populações, quer os interesses das populações, para que tenham acesso mais fácil a essa via, para quem nos visita possa ir até às localidades dessa via fazer os seus consumos e fazer a economia também através do turismo que pode potenciar este traçado e servir uma ligação à europa, também complementar que é isso que é o IC31, uma via complementar.

O PS vai votar contra a moção apresentada pelo S-MI.

Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida (S-MI) – O IC complementar mais conhecido de Portugal tem quatro, seis faixas, o IC19. De qualquer forma, gostávamos de nos congratular com a opinião do Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco que disse aqui que não concordava e que concordava com um perfil diferente de quatro faixas. Esperamos que vote a favor da nossa moção que foi apresentada porque não está a acusar ninguém, só diz que ambicionamos uma ligação de quatro faixas entre as duas autoestradas internacionais.

A Assembleia Municipal deliberou, com 15 votos contra, 1 do MPT e 14 do PS e 25 votos a favor, 2 do CHEGA, 4 do PSD/CDS-PP/PPM, 4 do PS e 15 do S-MI, aprovar a respetiva moção.

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos então concluir este período Antes da Ordem do Dia.

Neste momento temos condições, o Senhor Presidente da Câmara Municipal vai entrar em direto e fazer a sua intervenção remotamente, com uma saudação especial que nos tem estado a acompanhar à distância e nesta altura tem a palavra.

Leopoldo Martins Rodrigues (Presidente da Câmara Municipal) – Vou responder às questões que foram colocadas pelos Membros desta Assembleia Municipal. Quero deixar uma salvaguarda, porque devido à comunicação, nem sempre a consegui receber nas melhores condições, de qualquer modo, penso que terei apanhado o essencial daquilo que foi questionado pelas várias intervenções.

Começava precisamente pela intervenção do Senhor Deputado, Miguel Barroso, o qual agradeço as questões.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Houve, efetivamente, aqui um parecer que foi retirado porque contemplava a palavra “unanimidade”, efetivamente não houve votação, mas houve da parte daqueles que participaram na reunião do Conselho Municipal da Juventude uma concordância com o Orçamento e o Plano de Atividades para o ano de 2022 que contempla no que diz respeito à política de Juventude.

Quero-lhe dizer que por minha surpresa foi referido por vários intervenientes desse Conselho que foi a primeira vez que o Presidente da Câmara Municipal esteve presente num Conselho Municipal de Juventude. Fi-lo com muito agrado porque acho que é uma responsabilidade do Presidente da Câmara estar presente nos Conselhos Municipais da Juventude, pela importância que a juventude tem para o concelho e para o país e também porque o Presidente da Câmara Municipal deve inteirar-se presencialmente sobre aquilo que são as audições e as necessidades dos jovens e foi nessa condição que aí estive.

Quero dizer também, Senhor Deputado Municipal, que a nossa intenção muito em breve, é dar sequência a um dos nossos projetos que é a organização da estratégia municipal da juventude. Nessa altura teremos as condições e a oportunidade para discutir ainda mais aprofundadamente aqueles que são os nossos objetivos para as políticas de juventude no concelho e aquelas que serão também as definições dos diferentes intervenientes no Conselho Municipal de Juventude e da sociedade, relativamente, a esta área.

Quanto à intervenção do Deputado Municipal, Paulo Almeida, ainda bem que o Senhor está preocupado como IC31 e com a qualidade do mesmo. Nós também estamos. Fizemos questão de o escrever num artigo publicado no Diário de Notícias a nossa posição relativamente ao IC31. Queremos um IC31 com qualidade, um IC31 que nos aproxime de Espanha, um IC31 que faça a ligação entre o nosso território, outros territórios do nosso país e, obviamente, também com os territórios de Espanha e por essa via uma ligação à Europa. No entanto, não somos de tudo ou de nada, somos daqueles que entendem que podemos ter aquilo que é possível em cada momento. Efetivamente, Senhor Deputado, participei numa reunião com a Senhora Ministra da Coesão Territorial e com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas de Portugal em que foram apresentadas algumas das razões pelas quais o concurso aberto e é a primeira vez que temos um concurso aberto para o projeto do IC31 e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

devemos realçar e salientar esse aspeto que o concurso que iria ser aberto tinha algumas premissas que o condicionava e uma delas Senhor Deputado relaciona-se precisamente com as questões ambientais. Sabemos que hoje é cada vez mais difícil realizar obras. Essa realização está cada vez mais condicionada por questões ambientais e tanto da parte da Senhora Ministra, como da parte do Senhor Secretário de Estado, há o receio que este novo traçado pelas áreas que atravessa, pelo percurso que está definido, venha a ter alguns problemas em termos de aprovação ambiental. Entendem que com traçado de IC é mais apropriado e é mais fácil de ultrapassar estas questões e essa é uma das razões pelas quais, foi escolhido este tipo de traçado. Mas, não vamos viabilizar este tipo de traçado, vamos sim, apoiar, o facto, de termos já a decorrer um concurso para concretização de um projeto.

O facto, desse concurso e desse projeto vir a prever a possibilidade de alargar o IC31 para quatro faixas e pela primeira vez e como disse, termos um concurso a decorrer para o IC31 que é uma velha ambição de Castelo Branco, dos albicastrenses e é digamos uma porta de entrada mais facilitada para Espanha, para as pessoas, para as empresas e tão bem uma porta mais facilitada para aqueles que nos querem visitar vindos de Espanha e da Europa.

Entre o tudo ou nada, escolhemos aquilo que é possível e apoiamos aquilo que é possível. Estamos confiantes que este percurso entre a zona da Lardosa e as Termas de Monfortinho vai para a frente, irá melhorar a comunicação com a Espanha e nos irá aproximar de Espanha.

O Senhor Deputado da Assembleia Municipal, João Carvalhinho, invocou aqui a questão da Estratégia Municipal de Habitação.

Estamos num momento crítico a esse nível. Está a decorrer o aviso para as candidaturas no âmbito do PRR. Castelo Branco para já está de fora e está de fora porque não tem uma Estratégia Municipal para Habitação. E, este aspeto é extremamente importante porque a habitação condiciona o futuro de Castelo Branco. As empresas carecem de mão de obra, a região carece de atrair e fixar população e a inexistência de habitação a custos acessíveis é crítica no que diz respeito a esse aspeto. Mas, estamos a trabalhar no sentido de concretizar a Estratégia Municipal de Habitação e de podermos ainda ir a tempo de modo a podermos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

aproveitar também em Castelo Branco, construirmos habitação no âmbito desse mesmo instrumento.

Relativamente, ao Senhor Deputado da Assembleia Municipal, do CHEGA, os utentes do Centro Social do Salgueiro que estavam na valência de estrutura residencial para idosos estão encaminhados e encontrou-se uma alternativa. Quero informá-lo também, que o Centro Social do Salgueiro do Campo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social legal e tem autorização para desenvolver as valências de Centro de Dia e de Apoio Domiciliário. Não tem efetivamente a valência de Lar de Idosos.

Também sabemos que ao longo de muito tempo o Centro Social do Salgueiro do Campo acolheu na sua Instituição pessoas em permanência e fê-lo para dar resposta às necessidades da população do Salgueiro do Campo e também para dar resposta às necessidades da população do nosso território, concelho e, provavelmente, para além do nosso concelho. E fê-lo sempre bem quanto sabemos. Temos a informação de pessoas que estiveram no Centro Social do Salgueiro do Campo que sempre foram bem tratadas, bem acolhidas e sempre tiveram os cuidados que deviam quando estavam institucionalizados e quando não estavam.

Acontece que para o fazerem de forma autorizada pela Segurança Social necessitariam de instalações diferentes. Também sabemos que ao longo de muito tempo as várias direções do Centro Social do Salgueiro do Campo lutaram para ter um lar de idosos, ou uma estrutura residencial para idosos na localidade. Até hoje ainda não foi possível criar as condições para que isso tenha acontecido nesta localidade e por essa mesma razão, na sequência de uma vistoria ou uma inspeção realizada pela Segurança Social, em 2019, foi decidido que os idosos que estavam nessa instituição teriam que ser encaminhados para instituições que estivessem autorizadas. É isso que tem vindo a ser feito ao longo deste tempo e é isso que está a acontecer.

Os utentes desta Instituição de Salgueiro do Campo são encaminhados para outras Instituições até que o Salgueiro do Campo possa dizer que tem condições para acolher os seus idosos.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado, José Alberto, acerca das chuvas e acerca das mesmas nos pavimentos é algo que nos preocupa, é algo que temos estado a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

acompanhar e é algo que pretendemos acompanhar em permanência. Temos equipas da Câmara Municipal a intervir em permanência a esse nível, não apenas no pavimento das faixas de rodagem, mas também nos passeios que carecem de manutenção e intervenção em permanência. Não conseguimos resolver todos os problemas ao mesmo tempo, não os conseguimos resolver com a brevidade que gostaríamos, mas, de qualquer modo, agradeço também a sua questão. Estamos atentos e procuramos dar resposta àquilo que são as nossas possibilidades.

Queria também aqui lançar um apelo e este apelo vai ao encontro daquilo que é a participação cívica. Valorizamos as várias chamadas de atenção que nos vão chegando, os pedidos de intervenção que os cidadãos muitas vezes nos fazem chegar à Câmara Municipal procurando agir no imediato a essas solicitações. E o meu apelo é que o continuem a fazer chegar à Câmara Municipal de Castelo Branco as informações necessárias para que possamos agir no sentido de remediar as várias situações críticas que nos surgem.

Quanto à Deputada, Maria José Rafael, acerca da Barragem do Barbaído e das suas preocupações. Hoje revelou-nos aqui alguma coisa na sua intervenção que os vários pedidos que me têm sido feitos, afinal já têm resposta. O Movimento que representa nesta intervenção afinal conhece os números referentes à Barragem do Barbaído e, afinal, sabe que estava estimado um custo relativamente a esta Barragem de cerca de vinte milhões de euros. Não sei se até aos dias de hoje andaram a fingir que não sabiam estes números ou simplesmente o faziam para brincar.

Sabemos da importância da Barragem do Barbaído e sabemos, Senhora Deputada, da importância da água para consumo humano. Os relatórios internacionais que vão sendo publicados alertam cada vez mais para esta preocupação, com a água e, sobretudo, a preocupação com a água para consumo humano. Aliás, já há quem diga que as guerras no futuro serão pela água.

Sabemos Senhora Deputada, as muitas dificuldades de vários países e também as muitas dificuldades no abastecimento de água do nosso país e também da nossa região.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Depois Senhora Deputada, fala-nos de regadio a sul da Gardunha. Não somos contra o desenvolvimento económico. Não somos contra o investimento. Não somos contra os agricultores. Mas, queremos ser esclarecidos e estranhámos, Senhora Deputada, que hoje, aqui se apresentou como especialista na área da água, não tenha questionado porque razão é que o projeto Sul da Gardunha regadio que se vai abastecer na Barragem da Marateca e que esse projeto tenha estado no segredo dos Deuses até ao dia de hoje. Que esse projeto não tenha sido discutido pelos Executivos da Câmara Municipal, que não tenha sido discutido na Assembleia Municipal, que nunca tenha havido da parte daqueles que promoveram esse projeto, uma palavra aos albicastrenses e uma palavra de sossego. É isso que estranhámos e é isso que queremos que não aconteça. Queremos que os albicastrenses sejam esclarecidos acerca daquilo que é a utilização da água que é tão crítica, tão importante e que aqueles que têm memória se lembram da forma como os albicastrenses tinham que cortar e reservar a água nos períodos de seca da forma possível porque as torneiras em determinado momento fechavam e não era possível ter mais água.

Foi a Barragem da Marateca que solucionou esse problema. Foi o Senhor Presidente César Vila Franca que solucionou esse problema e não queremos que isso seja um problema, queremos que os albicastrenses continuem sossegados, relativamente, à água nas suas torneiras. Será essa a discussão que iremos promover.

Senhora Deputada a seu tempo faremos essa discussão, colocaremos à discussão dos albicastrenses aquilo que é até hoje, ainda não é conhecido, nem discutido. Nós somos pela clareza, pela informação, pelo facto, de que estes assuntos sendo estruturantes e tão importantes têm que ser do domínio público e têm que ser discutidos por todos. Não escondemos, pelo contrário, vamos levar ao conhecimento de todos as decisões que teremos que tomar.

A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Alcains, Milena, fala-nos aqui dos tempos que vivemos, a questão do Covid e da testagem nos centros de testagens. Efetivamente, a Câmara Municipal viu-se na necessidade de criar mais um ponto de testagem na nossa cidade, no nosso concelho. As farmácias, os laboratórios têm-no e entendemos que no período que se aproximavam as festas do Natal e também da Passagem de Ano era importante reforçar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

esse ponto de testagem e foi isso que fizemos com a colaboração da Unidade Local de Saúde, a quem aproveito para agradecer, também ao laboratório Germano de Sousa e dizer ainda que estão várias farmácias a fazer testes de forma continuada, dando resposta às necessidades dos cidadãos e também o laboratório Affidea está a fazer testes e também por essa via, responde às necessidades dos cidadãos.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, José Pires, falou-nos sobre o Natal e vai ao encontro também daquilo que foi intervenção da Senhora Deputada, Ana Lourenço.

Senhora Deputada, Ana Lourenço, vemos provavelmente coisas diferentes. A Senhora viu mal. Os albicastrenses, alguns com quem fomos falando, disseram que o Natal Branco foi uma grande iniciativa. Foi uma iniciativa que valorizou a nossa cidade, melhorou a autoestima dos albicastrenses e que foi vivida por esses mesmos albicastrenses.

A Senhora Deputada critica o local onde teve lugar o Mercadinho de Natal. Pois, devo-lhe dizer, Senhora Deputada que foram muitas as pessoas que nos abordaram no sentido de dizerem que fizemos uma excelente opção, aquele espaço permitiu que as pessoas se movimentassem com segurança, se movimentassem também nesta perspetiva do Covid-19 com mais liberdade. E, posso-lhe dizer, Senhora Deputada que falei praticamente com todos os comerciantes que estavam naquele espaço que foram unânimes, no sentido, de dizerem que foi uma boa opção. Fala-me do constrangimento de alguns moradores. Sabemos que tirar carros de uma rua é sempre um constrangimento. Mas, Senhora Deputada, se falamos em sustentabilidade ambiental, na necessidade de educar os nossos cidadãos a deslocarem-se de bicicleta, ou fazer caminhadas a pé e, portanto, não é por 15 dias que as pessoas não possam se deslocar de carro numa determinada artéria da nossa cidade, salvaguardando ainda que a circulação para automóveis estava permitida aos locais e também no âmbito das questões de emergência.

Quero dizer ainda que, efetivamente, temos um plano de emergência que provavelmente não foi publicado, mas foi feito em parceria e em articulação com a Proteção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Civil, com as Forças de Segurança que participaram na sua execução e naturalmente no seu acompanhamento.

Penso que respondi às questões que aqui foram colocadas.

Agradeço o tempo que me disponibilizaram e estarei disponível para qualquer questão que queiram colocar.

II - PERIODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Aprovação das atas n.ºs. 5, 6 e 7, referentes às sessões de 30 de junho, 27 de julho e 1 de setembro (mandato 2017/2021) e atas n.º 1 e 2, referentes às sessões de 15 de outubro e 29 de novembro (mandato de 2021/2025).

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 14 votantes, aprovar a ata n.º 5, de 30/06/2021. (mandato 2017/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 12 votantes, aprovar a ata n.º 6, de 27/07/2021.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 6 votantes, aprovar a ata n.º 7, de 01/09/2021. (mandato 2017/2021)

As atas n.º 1 e 2, referentes às sessões de 15 de outubro e 29 de novembro de 2021, foram retiradas para aprovação numa próxima sessão. (mandato 2021/2025)

Ponto 2 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30/12/2021

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira: têm-se pautado pela**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.

c) Situação financeira em 21/12/2021:

i) Saldo de Operações Orçamentais – € 41.157.564,14

ii) Saldo de Operações Não Orçamentais – € 7.300,10

iii) Valor em dívida em 21/12/2021 – € 578.524,80

iv) Outros:

- CMCB – Ver anexo I.

- SMCB – Ver anexo II.

d) Reclamações: Nada a assinalar.

e) Recursos hierárquicos – Nada a assinalar.

f) Processos judiciais em curso/ fase processual atual – Ver anexo III.

Presidente da Câmara Municipal – Foi entregue o documento relativo à Ordem de Trabalhos, reponderei a todas as questões colocadas.

Há aqui duas ou três questões referenciadas e que não vêm mencionadas nesse relatório e que também se coadunam com aquilo que é a informação do Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal.

Durante este período de tempo tivemos muito trabalho, como é normal no Executivo Municipal e foi um trabalho feito em prol dos albicastrenses. A questão do Natal Branco que foi organizado em tempo record, foi uma das áreas que mereceu alguma da nossa atenção, no sentido de Castelo Branco voltar a ter esta atividade tão importante para os locais, mas que também que projeta o nosso concelho e a nossa cidade e procuramo-lo fazer dentro do tempo muito apertado, de modo, que este Natal pudesse ter um Natal digno, fosse do agrado dos albicastrenses e que valorizasse justamente por esta via, Castelo Branco.

Uma das nossas preocupações no que diz respeito a este período, foi a questão do comércio e a frequência das pessoas às lojas de Castelo Branco. Foi por isso que em parceria com a ACICB, lançamos um sorteio de Natal, um conjunto muito significativo de prémios, 79 prémios. O primeiro prémio de €7.500,00 e os últimos do 30 ao 7, prémios de €50,00. É o valor que a Câmara Municipal decidiu investir no comércio local albicastrense, sendo que ele chega a esse mesmo comércio por duas vias. Em primeiro lugar, para que algum cidadão se possa habilitar ao sorteio, tem que fazer compras num comércio no concelho de Castelo Branco das várias lojas e estabelecimentos comerciais do nosso concelho e, por outro lado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

com o valor do prémio será gasto também nos estabelecimentos comerciais do concelho de Castelo Branco. Temos assim a perceção, temos assim a certeza de que duplicamos este investimento e que o fizemos em benefício dos cidadãos que forem premiados, mas também em benefício do comércio local e daqueles que o desenvolvem.

Depois queria aqui deixar dois ou três alertas, são preocupações da Câmara Municipal que carecem de uma rápida atuação da Câmara. Temos vários edifícios com problemas de infiltrações, estou a referir-me, nomeadamente, ao Estacionamento da Devesa, à Igreja do Valongo, do Museu Cargaleiro, do Pavilhão Multiusos dos Escalos de Baixo, do Centro de Empresas Inovadoras, das Piscinas de Alcains, estou a falar de um conjunto de infraestruturas que ao longo dos últimos tempos tem estado um pouco descoradas, precisam de um acompanhamento urgente que faremos assim que possível, no sentido de tentar remediar estas questões que são penalizadoras para as próprias infraestruturas e são também penalizadoras para aqueles que frequentam e que necessitam de estar nestas mesmas infraestruturas.

Depois temos três ou quatro situações que também nos preocupam.

Preocupa-nos a Destilaria de Santo André das Tojeiras, o seu funcionamento e como vamos colocar essa destilaria a funcionar.

Preocupa-nos a questão das ciclovias que como sabem, as obras referentes às mesmas pararam pela altura do verão e ainda não foram retomadas. Tanto quanto fui informado, uma das razões pelas quais houve a necessidade de parar essa intervenção, foi um abaixo assinado apresentado pelos moradores da Avenida Pedro Álvares Cabral, referente ao estacionamento nessa mesma Avenida.

Recordo aqui porque a verdade é a verdade, não devemos omitir que este assunto foi colocado na altura pelo Senhor Presidente da Câmara à Assembleia Municipal e que foram os membros dessa mesma Assembleia Municipal que aprovaram este eixo e, nomeadamente, o facto de a Avenida Pedro Álvares Cabral contemplar a ciclovia e eliminar lugares de estacionamento.

Sabemos do descontentamento das pessoas, conhecemos e reconhecemos alguma razão desse descontentamento e para tentar encontrar alguma solução que permita o desenvolvimento da ciclovia e ao mesmo tempo algum conforto aos moradores dessa zona da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

nossa cidade, faremos uma reunião na altura desse projeto, no sentido, de tentarmos encontrar uma solução para esta dificuldade que aqui temos, obviamente, atrasa a conclusão do percurso da ciclovia e atrasa, naturalmente, e a sua entrada em funcionamento. É algo que nos preocupa porque já foi investido muito dinheiro. As questões ambientais são cada vez mais importantes porque acreditamos que os albicastrenses poderão usufruir das ciclovias nas suas deslocações e na utilização da bicicleta, uma outra forma de mobilidade e procuraremos dar sequência a esta infraestrutura no sentido de a colocar ao serviço de Castelo Branco.

Temos também aqui a preocupação, relativamente, ao Centro Social do Salgueiro do Campo, uma palavra de conforto para os seus trabalhadores e também, naturalmente, para os órgãos que dirigiram áreas diferentes deste Centro ao longo do tempo.

O trabalho de voluntariado nas Direções das Associações é sempre um trabalho de enaltecer, muitas vezes tiram tempo de si às suas famílias para trabalharem em prol da comunidade. As situações como estas que aconteceu no Salgueiro do Campo são penalizadoras para os Órgãos Sociais e também penalizados aqueles que ali trabalham. Ainda não está resolvida esta situação do Centro Social do Salgueiro do Campo, continuamos a acompanhar esta situação conjuntamente com a Segurança Social e, obviamente, que cá estaremos para dar o apoio necessário, no âmbito das valências de Centro de Dia e de Serviço de Apoio ao Domicílio, duas valências que este Centro tem para funcionar.

Relativamente, ao período que se aproxima, a Passagem do Ano, tínhamos previsto a realização de um concerto com o Paulo de Carvalho, no domingo, dia 1 de janeiro, a logística para que isso se concretizasse pareceu-nos difícil de objetivar. O Paulo de Carvalho teria que trabalhar com a orquestra de jovens do Conservatório, no sentido, de fazer um grande concerto e entendemos que por causa da Pandemia do Covid-19, não estavam reunidas as condições para que esse grande concerto pudesse ter lugar. Por essa razão e porque se trata de espaços fechados, o concerto há-de realizar-se não no dia 1 de janeiro, mas em outra data a combinar com o músico e também com a orquestra de jovens.

Relativamente, à noite de 31 para 1 de janeiro, vamos manter o fogo de artifício na cidade e nas freguesias e nas duas freguesias que constituem as uniões das freguesias.

Teremos um fogo de artifício em 25 nas freguesias e em 7 locais diferentes na cidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Optamos por uma metodologia em conjunto com a empresa que foi contratada para fazer o fogo de artifício que era a distribuição por vários locais da cidade, foi a forma que encontramos para festejar a passagem de ano e dar também, por esta via, alguma esperança aos albicastrenses e algum reconhecimento pelo trabalho e também pelos sacrifícios que fizeram ao longo deste tempo. Vamos fazê-lo de modo a que todos possam assistir o mais próximo possível da sua habitação, não causando por essa via a existência de grandes aglomerados de pessoas.

Fazemos uma recomendação para que isto seja possível, todos estejamos protegidos e para protegermos aqueles de quem mais gostamos.

Ainda ontem fizemos uma reunião com as Forças de Segurança, com a Unidade Local de Saúde, com o Senhor Delegado de Saúde e com outros intervenientes em que analisamos esta situação e mais uma vez foi realçado o acompanhamento pelas Forças de Segurança à forma como as pessoas se vão comportar durante esta noite, mas temos a certeza que conhecemos bem os albicastrenses, conhecemos as suas responsabilidades, sabemos que querem o seu bem e querem o bem dos outros e, portanto, terão em atenção o uso da máscara e o distanciamento.

Manteremos, portanto, o fogo de artifício, achamos que é importante mantê-lo e temos a certeza que vai ser um momento importante para Castelo Branco e para festejarmos a entrada de 2022 e para desejarmos que o ano de 2022 nos traga aquilo que todos ambicionamos que é paz, saúde e sucesso.

Ponto 3 - Apreciação e votação de propostas de “Mapas de Pessoal, para o ano de 2022”.

3.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º.7/2021)

Presidente da Câmara Municipal – Não tenho nada a acrescentar, os Senhores Deputados Municipais conhecem o documento, estarei disponível para discutir a questão, se assim o entenderem.

António Manuel dos Santos Bastos Barbosa da Fonseca (MPT) - Quero questionar a necessidade de aumento em 10% do número de funcionários, com o significado que isso implica em termos de compromissos futuros, perante um cenário de retração da atividade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

económica imposta e decorrente da pandemia.

Não é compreensível que às empresas e cidadãos sejam exigidos esforços e contenção, decretados limites de laboração que também levam a redução de receitas e consequentemente a despedimentos, e verificar em simultâneo que a entidade pública local continua a contratar, aumentando o seu quadro de pessoal, sem se vislumbrar a razoabilidade do aumento em 10% dos números de funcionários, que mais cedo ou mais tarde irá afetar as receitas e aumentar os custos aos municípios.

Perante este cenário, que justificações fundamentadas se podem obter para este aumento de 10% dos funcionários da Câmara Municipal?

Leopoldo Marins Rodrigues (Presidente da Câmara) – Nós mantivemos o Mapa de Pessoal de 2021, estamos a tentar concretizar um novo organograma do Município de Castelo Branco e mantivemos também neste momento o Mapa de Pessoal. Os Concursos que estavam a decorrer, decidimos suspender de modo a que se enquadrem dentro do novo organograma.

Posso dizer que só esses concursos que estavam a decorrer, implicavam um aumento de despesa de cerca de seiscentos mil euros.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos contra, 1 do MPT e 2 do CHEGA, 4 abstenções do PSD/CDS-PP/PPM e 33 votos a favor 15 do S-MI e 18 do PS, aprovar o Mapa de Pessoal, para o ano de 2022, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

3.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 8/2021)

Hélder Manuel Guerra Henriques (Vice-Presidente) – Quero dizer que em relação a este ponto, estamos a falar de 136 postos de trabalho e que se prevê, neste caso, para 2022 a possibilidade de abertura de 16 novos postos de trabalho, dividimo-los por quatro técnicos superiores, quatro assistentes técnicos e 8 assistentes operacionais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dois 2 votos contra do CHEGA, 5 abstenções, 4 do PSD/CDS-PP/PPM e 1 do MPT e 33 votos a favor, 15 do S-MI e 18 do PS, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2022, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 4 - Apreciação e votação de propostas de “Documentos Previsionais para o Ano 2022”.

4.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 9/2021)

Leopoldo Martins Rodrigues (Presidente da Câmara) – Este documento foi apresentado a todos os Grupos representados nesta Assembleia Municipal, portanto, conhecem o documento e as propostas do mesmo.

De qualquer modo queria aqui salientar dois ou três aspetos que considero importantes para quem está a assistir e também para os Senhores Deputados Municipais.

Este documento resulta também de um compromisso. Um compromisso com o PSD/CDS-PP/PPM, um compromisso com outros partidos políticos no que diz respeito a algumas medidas e que consideramos importantes no que diz respeito, essencialmente, à questão PS.

Este Orçamento contempla uma devolução aos albicastrenses de 2,5% do IRS que tem efeitos no ano de 2022 e representa também um progresso no que diz respeito à atenção dos cidadãos e, neste caso, concreto, aos mais jovens e às suas famílias.

Este Orçamento contempla a partir do ano letivo, ou seja, a partir de setembro de 2022, uma comparticipação por parte da Câmara Municipal, às famílias através dos filhos que tenham em creches no valor de cento e cinquenta euros, obviamente, para aqueles que neste momento ainda não estão isentos através das medidas do Governo Central.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Uma medida que consideramos importante, só entrará em vigor em setembro de 2022 porque acresce da elaboração da discussão e aprovação de um regulamento que ainda não está feito, mas terá que ser feito e aprovado. No sentido de apoiar as famílias jovens e a fixação e também a atração de novas pessoas para Castelo Branco, propomos o pagamento das refeições a todos os alunos do pré-escolar e também o pagamento das refeições aos alunos do 1.º e 2.º Ano, do 1.º ciclo do ensino básico.

São medidas que consideramos importantes, são medidas que vão ao encontro das nossas propostas que neste caso concreto coincidem com as propostas do PSD/CDS-PP/PPM que foi o partido pelo qual tivemos a oportunidade de nos entender relativamente a este aspeto e queria saudar o PSD/CDS-PP/PPM por esta discussão e este entendimento.

Mais uma vez, esta medida entrará em vigor em setembro de 2022 pelas mesmas razões que atrás enunciei.

Ainda no que diz respeito à área social, estivemos a conversar com o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde, no sentido, de darmos resposta às questões da Saúde e no sentido da Câmara Municipal poder trabalhar em conjunto no que diz respeito a essa área.

Foi por essa razão que incluímos uma proposta no Orçamento, a elaboração de dois projetos que consideramos decisivos para o futuro da Saúde para o concelho e para os Albicastrenses, refiro-me, à criação de uma Unidade de Saúde Familiar no centro da cidade de Castelo Branco. O projeto será elaborado pela Câmara Municipal, a concretização do espaço será também disponibilizado pela Câmara Municipal que depois através de parceria, a obra será concretizada pela Unidade Local de Saúde.

Relativamente, ao Centro de Saúde de Alcains, a Câmara Municipal irá elaborar o projeto do Centro de Saúde, irá disponibilizar o terreno para a sua construção e a obra será depois concretizado pelo Unidade Local de Saúde, se tiver condições para o fazer, como acreditamos que tem, dada a informação que o Senhor Presidente de Administração nos transmitiu.

Ainda na proximidade da Saúde, apresentamos neste Orçamento uma proposta para construir mais um parque de estacionamento. Este parque de estacionamento vai dar resposta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

à necessidade na área do Hospital Amato Lusitano. Propomos construir um parque de estacionamento num espaço da Câmara Municipal, em frente ao Hospital que por essa mesma razão, ou seja, dar respostas às necessidades dessa zona, sobretudo, em dois momentos, nas visitas e também no período das consultas externas.

Depois um investimento que consideramos importante nos termos do apoio à atividade económica é a manutenção e a criação de postos de trabalho.

A Câmara Municipal é proprietária do pavilhão do ex-Hormigo, como é conhecido.

Esse edifício carece de obras para conforto e qualidade das pessoas que aí trabalham se mantenha e vamos levar por diante um investimento de cerca de um milhão e meio de euros na requalificação da cobertura do telhado, na climatização e também na construção de dois ou três equipamentos, nomeadamente do refeitório que está anexo a esse espaço que naturalmente é utilizado pela empresa APTIV que é uma das maiores empregadoras do nosso concelho.

São apenas alguns exemplos de projetos que temos que levar para frente.

Este Orçamento tem de despesas transitadas de 2021 para 2022, despesas comprometidas de obras que estão em projeto, mas muito de compromissos que foram assumidos ainda pelo anterior Executivo, nomeadamente, protocolos com instituições, também contratos interadministrativos com juntas de freguesias, cujas obras e os projetos ainda não se iniciaram, mas que hoje a verba está comprometida e que naturalmente, transita de um orçamento de 2021 para 2022, o que de certo modo condiciona a entrada e a previsão de novos projetos neste Orçamento. São alguns dos aspetos que acho importantes.

Queria aqui realçar que este é um Orçamento que tem como objetivo fixar e atrair pessoas e que as medidas que enunciei logo no início desta minha intervenção se encontram aqui plasmadas precisamente com este objetivo.

Estarei atento às questões que me forem colocadas e procurarei dar resposta no momento seguinte.

Bem-haja.

António Manuel dos Santos Bastos Barbosa da Fonseca (MPT) – Em face das questões que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

abordamos em reunião preparatória a esta votação, e porque nos parece que em nada foram acolhidas ou consideradas, somos levados a aceitar o argumento da famigerada 'pesada-herança'. É compreensível que as opções anteriores tenham forte impacto.

Mas escudar-se em anteriores responsáveis não é alibi para sempre nem para tudo.

Este orçamento é escasso. Escasso na resposta às dificuldades que a pandemia trouxe às pessoas e empresas, é escasso na resposta às questões de saúde, e acima de tudo é escasso, ou mesmo omisso, em todas as questões que podem fazer a diferença para o futuro dos albicastrenses.

A resposta aos problemas que enfrentamos não é simplista nem única. É complexa, completa, transversal, e este orçamento não o permite perceber. Não se consegue discernir uma ideia ou estratégia concertada ou assumida que permita perceber que consequências se esperam das opções assumidas e apresentadas neste orçamento.

É um orçamento sem ambição. E note-se que ambição não significa despesa. Não tem ambições na educação, na saúde, na economia, no ambiente, virtualmente em nenhum sector.

Não se conseguem entender num quadro de objectivos a atingir. Não vemos estratégia.

Assemelha-se apenas a um orçamento de gestão corrente, cinzento e amorfo.

Estamos seguros que as melhorias, ou mudanças positivas que necessitamos e ambicionamos como municípios não se vislumbram neste documento.

Mas, como disse de início, compreenderemos que as características deste orçamento ainda resultem de opções e compromissos da anterior gestão. Queremos acreditar que as limitações do passado não vão perdurar, e assim, por tudo o referido, informo que nos iremos abster.

Armando Lopes Ramalho (S-MI) - Os documentos previsionais são essenciais para estruturar a estratégia a implementar pelas autarquias nos anos subsequentes. Neles são apresentados de forma estruturada os recursos existentes, ou a constituir, para fazer face às necessidades decorrentes dos objetivos a cumprir.

Neste ponto iremos analisar o primeiro orçamento apresentado pelo atual executivo municipal de Castelo Branco. Este documento é essencial para compreendermos como serão disponibilizados os recursos para fazer face aos objetivos apresentados no manifesto eleitoral do executivo socialista. Também seria importante perceber a forma como os projetos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

municipais em curso serão mobilizados e enquadrados na nova estratégia do executivo municipal.

Sendo os recursos e meios, por natureza, escassos e os objetivos eleitorais imensos e ambiciosos, seria espectável e prudente que neste primeiro orçamento fossem refletidas as escolhas efetuadas e priorizados os objetivos que operacionalizam a estratégia do atual executivo socialista. Infelizmente, da análise efetuada, não conseguimos descortinar a estratégia preconizada.

Independentemente da eficiência das medidas, da qual duvidamos, verifica-se que duas das principais promessas eleitorais do atual executivo estão claramente vertidas nos documentos previsionais para o ano de 2022:

- a baixa progressiva do IRS;
- o estímulo á natalidade, através do pagamento das refeições escolares, bem como na comparticipação das mensalidades das creches.

Verifica-se que a baixa progressiva do IRS e o pagamento das refeições escolares está devidamente contemplada e prevista nos planos plurianuais. No entanto, o estímulo á natalidade através da comparticipação das mensalidades das creches apenas está contemplado nos primeiros dois anos do mandato, até 2023, não sendo devidamente explicado como essa medida será financiada nos anos seguintes. Ora sendo esta medida estruturante, não querendo que os objetivos a alcançar sejam despoletados por impulsos irracionais, quaisquer que eles sejam, considera-se que esta explicação, para além de necessária, é essencial.

Por outro lado, constam do orçamento investimentos com dotação que nos parece manifestamente insuficiente, não se conseguindo alcançar a abrangência ou natureza da obra, estudo ou projeto que se pretende realizar. Destacamos:

- Construção da Ecopista Cebolais de Cima – Alcains, com uma dotação orçamental de 75.000 € (a realizar integralmente no ano de 2022);
- Elaboração de Estudos e Projetos (Barragem do Barbaído), com uma dotação orçamental de 150.000 € (a realizar integralmente no ano de 2022);
- Construção do Açude do Pomar, com uma dotação orçamental de 150.000 € (a realizar integralmente no ano de 2022);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Implementação de Espaços para Acolhimento de Empresas Tecnológicas na Zona Histórica, com uma dotação orçamental de 75.000 € (a realizar integralmente no ano de 2022).

Temos sérias dúvidas que, com estes orçamentos, estas obras ou estudos possam ser concretizados.

Por outro lado, o investimento nas funções económicas – Indústria e Energia parece-nos manifestamente insuficiente e não estruturante.

Do exposto, consideramos que este orçamento peca por falta de estabelecimento de prioridades nos objetivos e respetivos investimentos, denotando uma ausência de estratégia para o desenvolvimento do nosso concelho.

Um projeto em curso, que consideramos paradigmático – o Parque da Cruz do Montalvão – que se encontra praticamente concluído, não é devidamente mobilizado e enquadrado na estratégia ambiental e de promoção da qualidade de vida. Verifica-se também que este investimento em curso se encontra considerado nas Grandes Opções do Plano como não iniciado.

Os projetos e investimentos em curso são tratados neste orçamento como se de um fardo se tratasse, ao invés de serem enquadrados e mobilizados para se alcançar os objetivos estratégicos. Estes projetos em curso, não podem ser sistematicamente utilizados para justificar as deficiências deste orçamento, até porque a atual Presidência também tem responsabilidades na aprovação dos respetivos Planos Plurianuais de Investimento.

Na receita, é assumida a mobilização de 15.422.057 € (23,23% da receita) das disponibilidades financeiras do município, constituídas pelos anteriores executivos.

Na despesa, para o ano de 2022 são considerados vários investimentos com financiamento parcialmente não definido, não sendo devidamente apresentadas as espectáveis fontes de financiamento. Entre muitos, destacamos:

- nos Serviços Gerais, Software informático, com despesa total de 419.329 €, da qual com financiamento não definido no valor de 200.000 €;

- na Educação, Conservação e manutenção de escolas, com despesa total de 646.073 €, da qual com financiamento não definido no valor de 318.000 €;

- na Educação, Aquisição de Kits pedagógicos, com despesa total de 100.000 €, da qual com financiamento não definido no valor de 50.000 €;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



- nas Funções Sociais, Requalificação do Ciclo de Alcains, com despesa total de 445.000 €, da qual com financiamento não definido no valor de 370.000 €;

- nos Diversos não especificados, Implementação da Internet em todo o concelho, com despesa total de 660.000 €, da qual com financiamento não definido no valor de 610.000 €.

O valor total do financiamento não definido para os investimentos e atividades previstas nas Grandes Opções do Plano, para o ano de 2022, totaliza 8.937.859 €. Face à ausência da especificação da fonte de financiamento, ou de qualquer explicação, tememos que, mais uma vez, esteja previsto o recurso às disponibilidades financeiras do município constituídas pelos anteriores executivos, que, a acrescer aos 15.422.057 € das Outras Receitas de Capital, irão perfazer 24.359.916 €. Mais de 24 Milhões de Euros seriam cobertos pelo saldo da gerência anterior! Essa utilização dos saldos da gerência anterior seria efetuada para cabimentar medidas avulsas, não enquadráveis numa estratégia verdadeiramente estruturante para o nosso concelho!

Nessa eventualidade, a concretização do orçamento de 2022 iria desbaratar cerca de 60% das referidas disponibilidades financeiras do nosso município, que são cerca de 40 Milhões de Euros. Seria adequado o uso da expressão, tão bem utilizada pelo líder parlamentar do PCP na última legislatura, o Senhor. Deputado João Oliveira, “Uns juntam com o bico, enquanto outros espalham com as patas!”.

Da análise efetuada, consideramos que este será, provavelmente, o pior orçamento dos últimos anos! No entanto, tratando-se dos primeiros documentos previsionais apresentados por este Executivo, o grupo municipal Sempre, Movimento Independente, irá abster-se na votação das propostas de Documentos Previsionais para o ano de 2022, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) – Acabado de ouvir as intervenções anteriores, queria desde logo fazer uma nota prévia.

Será sempre o pior orçamento porque não é o vosso orçamento.

Outra nota prévia, o saldo de gerência não são capitais privados, são capitais públicos, é dinheiro público e é dinheiro que é empregue numa estratégia pública e as eleições determinam quem é que delinea e se essa estratégia, eventualmente, não corresponde à estratégia que era delineada pelos outros candidatos, assim foi sufragado nas urnas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Nos documentos previsionais, Orçamento e Grandes Opções do Plano são respetivamente previstas as receitas que a autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar no ano civil em causa e definidas as linhas de desenvolvimento estratégico local.

Estes documentos, enquanto instrumentos políticos, financeiros e de gestão, refletem as opções segundo a estratégia do município para a satisfação das necessidades públicas locais, tendo em conta o presente e o futuro, enquadrando, traçando e definindo prioridades.

O novo executivo apresenta um orçamento equilibrado, de cerca de sessenta e seis milhões de euros, que inicia a concretização da estratégia do novo executivo.

Tendo o executivo tomado posse no passado mês de outubro, saliente-se que este orçamento foi elaborado em muito curto prazo.

Importa ainda referir quanto à despesa, que desta cerca de vinte e um milhões de euros são referentes a despesa de 2021.

Quanto às prioridades, resulta desde logo dos documentos provisionais apresentados, especial atenção quanto às pessoas, o setor social tem dedicadas diversas e relevantes projetos e medidas.

Medidas que concomitantemente visam contribuir para a atração e fixação de residentes no nosso concelho, bem como, apoiar a natalidade.

Não são também descuradas medidas e projetos relevantes no âmbito do ambiente, cultura e economia.

Destacam-se entre outras medidas e projetos:

- . a devolução de 2,5% do IRS, medida que entra em vigor em 2022;
- . a atribuição de um 'vaucher' no valor de 150 euros, nas creches, para as crianças que ainda não se encontrem isentas de pagamento, a partir de setembro de 2022;
- . refeições escolares suportadas integralmente no pré-escolar, no 1.º e 2.º anos do 1.º ciclo, sendo nos anos seguintes as medidas alargadas aos restantes anos;
- . dar sequência à construção de habitação a rendas acessíveis.
- . o desenvolvimento de um projeto para uma Unidade de Saúde Familiar (USF), no centro da cidade de Castelo Branco;
- . o projeto do novo centro de saúde da vila de Alcains;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- . a construção de um novo parque de estacionamento junto ao Hospital Amato Lusitano (HAL).
- . beneficiação do Pavilhão Ex-Hormigo;
- . o projeto para o Parque da Europa, junto à rotunda com o mesmo nome, incluindo neste a construção de um planetário;
- . centro de interpretação do Queijo de Alcains;

Estas são algumas das medidas que conjuntamente com outras, de forma integrada e transversal, abrangendo os diversos setores, permitem de uma forma sustentada, projetar, lançar, traçar e fazer mais pelas necessidades das populações do nosso concelho e criando fatores de fixação e atratividade populacional.

Bom Ano Novo de 2022!

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS-PP/PPM) - Após uma breve leitura e análise da proposta de orçamento para o ano de 2022, permitam-me referir o seguinte:

1. Necessidade de cumprir promessas do passado recente, nomeadamente em tempos de campanha eleitoral;
2. Ausência de planeamento para o futuro próximo como por exemplo a falta de obras estruturantes para o concelho e de candidaturas a financiamentos para cobrir tais projetos;
3. Preocupação acrescida por parte do executivo, na elaboração de projetos de forma a colmatar as lacunas referidas no ponto anterior;
4. Uma especial atenção para novas medidas, rejeitadas no passado com vista a tornar a cidade mais atractiva e amiga de todos particularmente aos casais jovens que se queiram vir a fixar no concelho de Castelo Branco.

Posto isto e porque a matéria assim o merece, só poderemos dizer que este não é de todo, o orçamento que desejávamos.

Comprendemos, no entanto, as razões, pelas quais o mesmo assim foi elaborado.

Não poderemos deixar de agradecer aos Albicastrenses que depositaram a sua confiança e votaram na coligação PSD/CDS/PPM, pois desta forma possibilitaram contribuir para a melhoria das condições de vida de todos, e digo todos, os Albicastrenses.

Ao fim de vários anos de luta, o PSD vê contemplado neste orçamento da Câmara Municipal de Castelo Branco medidas para a melhoria das condições de vida dos Albicastrenses que sempre foram negadas pelos executivos anteriores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Nomeadamente:

- As creches gratuitas;
- As refeições gratuitas no pré-escolar e 1 ciclo;
- A melhoria dos transportes públicos a custos acessíveis;
- A devolução de parte do IRS.

Como todos sabem estas e outras medidas fizeram parte dos compromissos que assumimos com os cidadãos do concelho, e acrescentamos que podem contar connosco para que elas se tornem uma realidade em Castelo Branco.

Falando de execução orçamental, e recordando o que se tem vindo a passar em Castelo Branco, não são melhores as recordações dos últimos anos. Taxas de execuções orçamentais, no nosso entender, demasiado baixas.

O que poderemos esperar da execução do orçamento que hoje iremos aqui aprovar? Estará o Senhor Presidente, hoje e aqui, habilitado a dizer-nos qual será o valor da taxa de execução deste orçamento? Seja a possível ou a desejável?

Vamos estar atentos e exigir uma execução rigorosa do orçamento.

Assim, espero poder contribuir para que Castelo Branco seja uma terra de oportunidades onde cada um possa concretizar os seus sonhos.

Tenho dito.

Leopoldo Martins Rodrigues (Presidente da Câmara Municipal) – Vou começar por responder ao Senhor Deputado Armando Ramalho que apresenta este como o pior Orçamento de todos os tempos da Câmara Municipal, pelo menos dos últimos anos. Fico satisfeito Senhor Deputado pelo facto de o Senhor ter acompanhado ao longo dos últimos anos os Orçamentos e aquilo que representam para Castelo Branco e para os albicastrenses.

Nunca o ouvi pronunciar-se acerca de nenhum, mas hoje ficamos a saber que o Senhor segue atentamente esses Orçamentos, a sua elaboração, a sua aprovação e também, depois a sua execução. Devo-lhe dizer também, Senhor Deputado, que os projetos em vigor não são nenhum fardo para o PS e para o Governo da Câmara Municipal. Mas, Senhor Deputado esses projetos em execução, em vigor, condicionam fortemente o Orçamento que hoje aqui apresentamos e dou-lhe quatro números: No ano de 2017 para 2018 transitaram seis milhões e setecentos mil euros. Em 2019 transitaram em despesas comprometidas seis milhões e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

novecentos mil euros. Em 2020 transitaram onze milhões e oitocentos mil euros e neste momento estamos a transitar vinte e cinco milhões de euros para o orçamento de 2022 de despesas comprometidas.

Senhor Deputado, Armando Ramalho esta despesa comprometida de 2021 não é para nós um fardo, antes pelo contrário, executá-la-emos tal como é a nossa obrigação e tal como está previsto no orçamento de 2022. Mas, Senhor Deputado tem que reconhecer que este facto condiciona muito aquilo que são as nossas propostas para 2022. E, acrescento, Senhor Deputado, efetivamente temos um número significativo de proposta de estudos e projetos. É aí que se começa precisamente, Senhor Deputado, a concretizar a obra. Primeiro, fazemos os projetos e depois colocamos esses projetos a concurso e a seguir executamos a obra. É isso que está contemplado no que diz respeito à ecopista de Alcains/Castelo Branco, Cebolais/Castelo Branco/Alcains, a Barragem do Barbaído, é isso que está contemplado para a estrada do Pomar e para outros projetos de que aqui nos fala.

Quanto a ser o pior orçamento Senhor Deputado, como dizia muito bem o Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes, este provavelmente é o pior Orçamento para si porque não é o seu Orçamento, mas resulta daquilo que foi o resultado dos albicastrenses nas urnas que nós aqui representamos e com os quais nos comprometemos.

Este orçamento espelha uma parte daquilo que foram os nossos compromissos e são esses compromissos que iremos dar sequência e que iremos efetivar.

No que diz respeito ao Senhor Deputado do PSD, Carlos Antunes, agradeço as suas palavras e sugestões que aqui fez. Hoje, ainda não podemos prever qual é a taxa de execução deste Orçamento. Vamos procurar que este Orçamento tenha uma boa taxa de execução, procuraremos aloucar aqui financiamento comunitário e procuraremos que este orçamento vá ao encontro das necessidades dos albicastrenses que projete Castelo Branco, projete a economia do nosso concelho e que traga nova população para Castelo Branco, novos residentes para Castelo Branco, promova a natalidade e que por essa via promova o nosso desenvolvimento. Não é uma tarefa do Executivo do PS, ou dos Vereadores, do Presidente e dos Vice-Presidentes, será uma tarefa para o qual todos seremos convocados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Estratégia de desenvolvimento é uma estratégia comum. Aceito as vossas sugestões, compreendo as vossas críticas, mas este é o nosso Orçamento. É o Orçamento do PS, propomos gerir com rigor, com eficácia, mas, sobretudo, com o objetivo de dar resposta às necessidades da nossa população com os recursos que estão ao dispor da Câmara Municipal e que por esta via estão ao dispor dos albicastrenses. É essa a nossa missão, foi para isto que fomos eleitos, contamos com todos, contamos com aqueles com quem nos entendemos neste Orçamento, com aqueles que não nos apresentam sugestões, mas, sobretudo, contamos com todos os albicastrenses porque é com eles que se faz o futuro e se faz o futuro de Castelo Branco.

Bem-haja.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra do CHEGA, 16 abstenções, 1 do MPT e 15 do S-MI, e 21 votos a favor, 3 do PSD/CDS-PP/PPM e 18 do PS, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2022, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

4.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 10/2021)

Hélder Manuel Guerra Henriques (Vice-Presidente) – Numa forma muito simples, relativamente, aos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, todos sabemos que tem um objeto muito concreto, estamos a falar, naturalmente, daquilo que são as funções gerais relacionadas com a Administração Geral dos Serviços Municipalizados. Estamos a falar de água, saneamento e resíduos.

No essencial este é um Orçamento que procura responder com eficácia e eficiência aquilo que são as prioridades dos albicastrenses, dos munícipes do concelho de Castelo Branco, nestas áreas, naturalmente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estamos a falar de um Orçamento de cerca de dezanove milhões e meio de euros. É um Orçamento que procura, sobretudo, valorizar e potenciar a própria imagem dos Serviços Municipalizados e por isso entendemos que é necessário garantir aquilo que é fundamental e que muitas vezes algumas pessoas não dão valor que é a recolha do lixo, termos água nas torneiras, enfim, outras coisas que os Serviços Municipalizados vão fazendo e a meu ver vão fazendo e fazem bem.

Este Orçamento é dividido em diferentes partes, Administração Geral, estamos a falar de cerca de quase de quatro milhões e seiscentos mil euros e os coletivos seiscentos e cinquenta e cinco mil euros, saneamento estão previstos quatro milhões seiscentos e quarenta e cinco mil euros e, portanto, para o abastecimento de água, seis milhões de euros e resíduos sólidos também um Orçamento com previsão prevista para três milhões de euros. Portanto, de uma forma muito breve é isto que está aqui em causa.

António Manuel dos Santos Bastos Barbosa da Fonseca (MPT) – Relativamente ao abastecimento de água, quais as métricas (percentagem ou volume, ou as duas) de perdas de água por roturas dos sistemas de distribuição?

Qual o calendário previsto para a redução dessas perdas, e a respetiva quantificação, ou seja, o plano previsional respetivo?

Quanto se estima que possa ser a redução do custo do m³ de água ao consumidor, se essas ineficiências forem devidas e expetavelmente supridas?

Relativamente às redes de drenagem: quais os volumes de águas residuais recolhidas e reutilizadas? E por tipologia, se são pluviais ou domésticas?

Quais os sistemas de valorização e reutilização de águas residuais em uso?

A utilização de águas residuais tratadas está a ser destinada a que fins? É afetada para a rega de espaços públicos?

Os SMAS e Câmara Municipal entendem a possibilidade de promoção e cooperação com munícipes individuais ou coletivos (empresas e condomínios) na implementação de sistemas complementares de recolha e reutilização de águas pluviais?

Sobre a Recolha de Resíduos Urbanos, estão os SMAS e Câmara Municipal disponíveis para estruturar soluções de recolha de resíduos urbanos biodegradáveis que envolvam entidades privadas não só para a recolha, mas também para a valorização desses recursos?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Entendem os SMAS que a valorização desses resíduos, transformando-os em recursos geradores de receitas que podem servir como meio de remunerar os munícipes por intervenção direta no processo de separação, e também desonerar os custos impostos nas taxas cobradas na fatura da água'?

Entendem os SMAS e a Câmara Municipal que existe aqui além de uma obrigatoriedade decorrente de diretiva comunitária, uma oportunidade de gerar receitas que possam servir para, melhorando o ambiente pela redução de resíduos e incremento de economia circular, conseguir-se criar emprego, receitas e redução de custos para os munícipes?

Armando Lopes Carvalho (S-MI) - Relativamente a este ponto, vêm os membros da Assembleia Municipal do SEMPRE – Movimento Independente declarar o seguinte:

Este documento não reflete uma redução do preço da água, uma das principais promessas eleitorais do Executivo Socialista;

Tratando-se do primeiro documento previsional apresentado por este Executivo, o grupo municipal do SEMPRE – Movimento opta por se abster neste ponto.

Hélder Manuel Guerra Henriques (Vice-Presidente) – Agradeço aos Senhores Deputados, vou procurar de uma forma muito sucinta responder às questões que me foram colocadas.

Este Orçamento tem obviamente vários objetivos, mas tem um objetivo estratégico que é exatamente o da modernização dos Serviços Municipalizados. Nós queremos apostar aqui na telemetria. Queremos apostar na renovação da frota, aliás devo dizer que com camiões, só para terem uma ideia, alguns deles de 1995, com importante desgaste deste tipo de trabalho.

É um Orçamento que no essencial prevê este salto, digamos, qualitativo sem esquecer a necessária valorização dos recursos humanos. Além disso, é um Orçamento que se preocupa, obviamente, em continuidade, com aquilo que é a questão, por exemplo, das perdas de água.

Como sabemos os Serviços Municipalizados têm sido nos últimos anos agraciados com diversos prémios exatamente devido à redução das perdas de água que estão muito abaixo daquilo que é no fundo, a média que conhecemos a nível nacional. Salvo erro, à volta dos 13% nas perdas de água. Se estamos satisfeitos? Não, não estamos satisfeitos. Vamos trabalhar para que possamos continuar a melhorar neste campo.

E, portanto, quero dizer que no essencial, este é um trabalho contínuo, é um trabalho que não se faz de um dia para o outro e é por isso mesmo que apresentamos este Orçamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que prevê exatamente a melhoria da rede de abastecimento de águas, que prevê também a aquisição da valorização no que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos e, portanto, no essencial e, obviamente, na melhoria da rede de emissão de águas e de saneamentos.

Portanto, no essencial é basicamente isto que estamos a falar, modernização dos serviços, não descorando, obviamente, da qualidade e todos aqueles aspetos que foram aqui também referidos pelo Senhor Representante do MPT.

Relativamente, no que diz respeito, ao preço da água como uma das promessas eleitorais do PS.

O PS é um partido que tem uma longa história, aliás conhecida por todos certamente, ou mais ou menos conhecida por todos. O PS nesta terra está há vinte e quatro anos, mais ou menos, à volta disso, no poder e, portanto, tem por hábito cumprir aquilo que são as suas promessas eleitorais, ou os seus compromissos eleitorais.

Obviamente, que o Senhor Deputado não há-de querer que passado este tempo, conseguisse implementar uma redução logo no primeiro mês da intervenção deste Executivo e desta Administração do Conselho dos Serviços Municipalizados. Como saberá tão bem, como eu, porque há timings e datas impostas pela entidade reguladora, nomeadamente pela ERSAR, e perdoe-me se me posso enganar aqui ainda alguns dias nas datas, mas penso que era nos dias 15, 20 de outubro, em que as tarifas deviam ter sido enviadas para a ERSAR, tomamos posse no dia 15 de outubro e, obviamente, que em quatro ou cinco dias não conseguiríamos dar resposta.

Além disso, obviamente, também o Senhor Deputado saberá isso, como eu, os Serviços Municipalizados, os últimos exercícios orçamentais deram sempre prejuízo e, portanto, os resultados líquidos de 2018 foram menos quinhentos e trinta e oito mil euros, em 2019 menos trezentos e dez mil euros e em 2020 menos quatrocentos e oitenta e sete mil euros. E, portanto, obviamente, que quando nos deparamos com uma situação destas, como é obvio, e manda a prudência porque não somos gastadores. Manda a prudência que se avalie as condições em que encontramos a Instituição neste caso.

Também se me permite, Senhor Deputado, e ainda bem que refere essa preocupação. Eu estaria mais preocupado também com outras situações, como é o caso, por exemplo, das nossas fontes que perdem água por tudo quanto é sítio. Mas, sabe uma coisa Senhor Deputado?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ninguém se preocupou em arranjá-las. A rotunda da Europa, no período que vai de 1 de janeiro de 2021 a 11 de novembro de 2021 tem aqui cerca de 58 000m³ de perdas de água. O Parque da Cidade tem 52 000m³ de perdas de água. A cascata da piscina tem 10 500m³ de perdas de água. E, portanto, se vamos falar de sustentabilidade ambiental, se calhar, vamos começar por aqui. Alguém a alguns anos atrás devia ter começado por aqui. A verdade é que isso não aconteceu.

Minhas Senhoras e meus Senhores de uma forma muito breve, aproveito para desejar a todos umas Boas Festas.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos contra, 1 do MPT e 2 do CHEGA, 19 abstenções, 4 do PSD/CDS-PP/PPM e 15 do S-MI, e 18 votos a favor do PS, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2022, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 5 - Apreciação e votação do “Relatório de Gestão Intercalar dos Serviços Municipalizados Referente ao Período de 01/01/2021 a 15/10/2021”. (Proposta n.º 11/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, com 7 abstenções, 1 do MPT, 2 do CHEGA, e 4 do PSD/CDS-PP/PPM e 33 votos a favor, 15 do S-MI e 18 do PS, aprovar o Relatório de Gestão Intercalar dos Serviços Municipalizados Referente ao Período de 01/01/2021 a 15/10/2021.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 6 - Albigeç, EM/SA.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

6.1 – Proposta de aprovação de Orientações Estratégicas. (Proposta n.º 12/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 abstenções, 1 do MPT, 2 do CHEGA e 4 do PSD/CDS-PP/PPM, e 33 votos a favor 15 do S-MI e 18 do PS, aprovar a proposta de aprovação de Orientações Estratégicas da ALBIGEC/S.A..

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

6.2 - Proposta de aprovação do Contrato de Gestão. (Proposta 13/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, 6 abstenções, 2 do CHEGA e 4 do PSD/CDS-PP/PPM e 34 votos a favor, 1 do MPT, 15 do S-MI e 18 do PS, aprovar a proposta de aprovação do Contrato de Gestão da Albigece, EM/S.A.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 10.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

6.3 - Proposta de aprovação de Minuta de Contrato-Programa para o Ano de 2022. (Proposta n.º 14/2021)

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS-PP/PPM) – Opacidade: é esta a melhor forma de descrever a gestão da Albigece há já largos anos. A estratégia da empresa é definida com pouca clareza e precisão. As decisões tomadas são muitas vezes arbitrárias e de difícil escrutínio. O amparo financeiro que a Câmara Municipal se vê forçada a fazer levantar demasiadas perguntas, até hoje sem resposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Torna-se, por isso, essencial que o novo executivo esclareça, cabalmente, o que podemos esperar da Albigeç nestes anos que se avizinham. Ninguém compreenderá que tudo fique na mesma.

Façamos o teste do algodão.

A Albigeç tem a seu cargo a gestão do Parque de Campismo de Castelo Branco e do Jardim da Cidade. Os sucessivos Contratos-Programa, onde se inclui o que agora apreciamos, estipulam que deve ser assegurada a manutenção e a qualidade do serviço prestado nestes equipamentos, mas o estado de degradação e abandono dos mesmos está à vista de todos.

Convém não esquecer que são duas estruturas fundamentais numa estratégia integrada de promoção turística do nosso concelho. Como é que o novo executivo se posiciona nesta matéria?

A gestão dos Complexos de Piscinas Municipais de Castelo Branco e de Alcains está a cargo da Albigeç. Por que razão são excluídas todas as outras? Sabemos que as piscinas das restantes freguesias não são tão rentáveis, mas quando a Câmara Municipal decide deixar a gestão e manutenção desses equipamentos a cargo dos respetivos executivos está a adotar uma atitude discriminatória e a transferir-lhes um encargo excessivo. O novo executivo tem intenção de corrigir este problema?

Nos Complexos de Piscinas Municipais de Castelo Branco e de Alcains é cada vez mais evidente a necessidade de reduzir os preços de acesso a estes equipamentos, designadamente para famílias numerosas e para os utilizadores particulares que fazem uma utilização intensiva da piscina durante o verão, porque nestes casos, a utilização destes equipamentos representa uma despesa muito significativa que impede vários residentes de os utilizar. O novo executivo está disponível para rever o tarifário e democratizar a utilização destas piscinas?

Leopoldo Martins Rodrigues (Presidente da Câmara Municipal) – Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado, Miguel Barroso, o Senhor Administrador da Albigeç, o Senhor Dr. Fernando Raposo ainda esta semana esteve no Parque de Campismo.

Eu também já passei por lá e está previsto uma intervenção a muito curto prazo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Relativamente, áquilo que é a estratégia da Albigeç, será uma estratégia ao serviço dos Albicastrenses.

Algumas questões que aqui foram colocadas, são questões sobre as quais ainda estamos a refletir e em devido tempo serão apresentadas ideias e os nossos projetos aos Senhores Deputados e outras que queremos trazer a discussão.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 abstenções, 1 do MPT, 2 do CHEGA, 4 do PSD/CDS-PP/PPM e 15 do S-MI, e 18 votos a favor do PS, aprovar a Minuta de Contrato-Programa, para o ano de 2022, da ALBIGEC, EM/S.A.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 11.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

6.5 - Relatório de Gestão Intercalar Referente ao Período de 01/01/2021 a 15/10/2021. (Proposta n.º 15/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 votos contra, 1 do MPT e 4 do PSD/CDS-PP/PPM, 2 abstenções do CHEGA e 33 votos a favor, 15 do S-MI e 18 do PS, aprovar o Relatório de Gestão Intercalar Referente ao Período de 01/01/2021 a 15/10/2021.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 12.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 7 - Apreciação e votação de propostas de “Auto de Transferência de Competências do Município para os Órgãos das Freguesias ao Abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. Segunda Adenda ao Auto de Transferência de Competências da Freguesia de Castelo Branco. Prorrogação do Prazo do Protocolo”. (Proposta n.º 16/2021)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Leopoldo Martins Rodrigues (Presidente da Câmara) – Trata-se de clarificar o aspeto referente à área de intervenção, da Freguesia de Castelo Branco no que respeita à transferência de competências. O contrato que foi assinado que considerávamos genericamente da freguesia de Castelo Branco, portanto a todo o seu território e aquilo que devia estar contemplado nesse contrato era apenas para as anexas de Lentiscais e Taberna Seca e é essa alteração que se encontra nesta proposta.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Auto de Transferência de Competências do Município para os Órgãos das Freguesias ao Abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, segunda Adenda ao Auto de Transferência de Competências da Freguesia de Castelo Branco e a Prorrogação do Prazo do Protocolo.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 13.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 8 – Apreciação e votação de propostas de “4.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Orçamento do Ano 2021”. (Proposta n.º. 17/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, 6 votos contras, 2 do CHEGA, 4 PSD/CDS-PP/PPM, 1 abstenção do MPT, 33 votos favor, 15 do S-MI e 18 do PS, aprovar a 4.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Orçamento do Ano 2021.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 14.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 9 – Retificação do Ponto 9 da Convocatória do dia 29/11/2021, onde se lê: “Comissão Municipal de Defesa contra Incêndios”. Deve ler-se: “Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, retificar o Ponto 9 da Convocatória do dia 29/11/2021, onde se lê: “Comissão Municipal de Defesa contra Incêndios”. Deve ler-se: “Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 15.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

ADITAMENTO À
CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 30/12/2021
NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 50.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/9

Presidente da Assembleia Municipal – Relativamente ao aditamento à convocatória, quero referir que nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tratando-se de uma sessão ordinária, do Órgão Deliberativo e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode a Assembleia deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia.

Nesta perspetiva e de forma prévia vou colocar o Aditamento à Convocatória a votação.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, incluir o Aditamento à Convocatória.

Ponto 10 - Discussão e votação da proposta de “Contrato-Programa para o Ano 2022.

CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar de Castelo Branco”. (Proposta n.º 18/2021)

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS-PP/PPM) – O Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar é um equipamento de excelência do nosso concelho. Trata-se de um centro muitíssimo bem equipado que aposta num setor estratégico, essencial para o desenvolvimento da nossa região, e que tem todas as condições para ganhar escala e tornar-se uma referência a nível nacional e ibérico.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Infelizmente, esta nossa ambição não encontra tradução na estratégia que tem sido desenhada para o CATAA. Por isso, entendo que é importante o novo executivo partilhar com esta Assembleia a avaliação que faz do funcionamento do CATAA. Conseguem quantificar quanto é que custa a sua operação e qual o impacto da sua atividade na economia do concelho e da região?

A resposta a esta pergunta que deixo é fundamental para que possamos compreender se o investimento que tem sido feito tem ou não retorno para os nossos empresários e empreendedores.

É importante que fique claro que com o CATAA não fica tudo na mesma e que há de facto uma mudança de estratégia para este equipamento, com o conhecimento do Senhor Presidente que é a última vez que me dirijo à Assembleia e a todos que me acompanham, não queria obviamente de deixar uma palavra de conforto aos albicastrenses que se encontram em isolamento profilático ou infetados com a Covid-19 e desejar a todos eles rápidas melhoras e também a todos os presentes e a todos os que nos acompanham, desejar um excelente ano de 2022.

Leopoldo Martins Rodrigues (Presidente da Câmara Municipal) – Agradeço as palavras do Senhor Deputado, Miguel Barroso.

Quero informar que não estou infetado, não estou positivo, estou apenas em confinamento por ter estado em contacto com pessoas que testaram positivo. Ontem fiz um teste, antes de saber que tinha estado em contacto e esse mesmo teste deu negativo. De qualquer modo, agradeço as suas palavras e a sua preocupação.

No que diz respeito ao CATAA, como diz é uma estrutura muito importante para Castelo Branco e para a região. Nós procuraremos que seja promotora de desenvolvimento fundamentalmente aos agricultores e também à estratégia do Agroalimentar, temos isso em atenção e em devido tempo apresentaremos os resultados desta organização, ou desta instituição ao longo dos últimos anos e dos anos futuros.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 6 votos contra, 2 do CHEGA e 4 PSD/CDS-PP/PPM, 16 abstenções, 1 do MPT e 15 do S-MI e 18 a favor do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

PS, aprovar o Contrato-Programa para o Ano 2022. CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 16.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 11 – Discussão e votação da proposta de “Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas Juntas e Uniões de Freguesias”. (Proposta n. 19/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas Juntas e Uniões de Freguesias, para o ano de 2022.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 17.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

INTERVENÇÕES DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia Municipal – Passamos para o período de intervenção do público, nos termos do n.º 2 artigo 9º. do Regimento da Assembleia Municipal que tem a duração de vinte minutos, podem solicitar esclarecimentos e terão que fazer antecipadamente a sua inscrição.

Temos duas inscrições do Múncipe, a primeira do Senhor Rui Amaro Alves que se inscreveu antecipadamente, ontem, para solicitar esclarecimentos dos pontos 3 e 4 do Período da Ordem do Dia.

Rui Amaro Alves - Começo por agradecer ao Executivo Municipal terem tido a coragem em aprovar a devolução, a mim e a outros albicastrenses, de parte do IRS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não tenho a menor dúvida de que os cidadãos farão muito melhor uso e produzirão mais e melhor desenvolvimento dos cerca de 1,6 milhões de euros que lhes serão devolvidos, do que a Câmara Municipal. Pelo menos nos termos em que está o tem feito até aqui, onde o desnecessário, o desperdício e a iniquidade têm um nível e uma importância muito para além daquele que é admissível e aceitável.

Como todos sabemos os impostos pagos pelos contribuintes são para financiar o desenvolvimento, a produção de bens e a prestação de serviços públicos às populações. Se a Câmara Municipal se propõe promover os mesmos níveis desenvolvimento e produzir e prestar o mesmo nível de bens e serviços públicos de que a população necessita, com menos dinheiro que o anterior executivo, só podemos manifestar agrado e apoio e felicitar o Executivo por tido esta coragem.

Todavia, não compreendemos as contradições que este orçamento nos apresenta e encerram, e são muitas. Tal só é perceptível e compreensível pelo fardo da herança e da continuidade dos compromissos anteriores, que há que honrar e concluir.

66,4 milhões de euros. 1270 euros/pessoa; 2926/agregado familiar.

É muito dinheiro. As famílias, com tanto dinheiro esperam e querem mais e melhor desenvolvimento do que aquele que tem sido feito até aqui.

Aumenta o Orçamento. Aumenta o quadro de pessoal. Diminui a população e a correspondente procura de bens e serviços públicos.

Baixa o IRS. Aumentam os transportes. Aumentam ou mantêm o preço da água entre outras taxas e serviços que me abstenho de aqui referir.

Poucos apoios ao desenvolvimento económico. Faltam incentivos às atividades económicas. Faltam os incentivos a uma estratégia de desenvolvimento sustentável, à redução das emissões, ao baixo carbono, etc.

Os sinais de mudança não são claros ou não existem. A janela está entreaberta.

Esperamos que não se feche. Que deixe entrar ar fresco. Que renove a qualidade e a equidade do ar que queremos respirar no futuro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Obras. É importante ter um calendário claro para concluir as obras. O contexto que vivemos é penoso para as empreitadas, mão não justificam tudo. É fácil verificar que alguns atrasos não são justificáveis. Mesmo que não concordemos com elas. As obras só são uteis se tiverem impacto social.

Na fase de obra causam transtorno e es albicastrenses anseiam e desejam o fim de algumas obras.

Ciclovias. Eliminem alguns troços de ciclovia pois elas não são compatíveis com a garantia de níveis mínimos de segurança rodoviária. A sua existência e a sua entrada em funcionamento serão fatores de conflitualidade social que não serão aceitáveis. É preciso ter coragem; mais que isso é preciso exercer essa coragem suspendendo a execução do plano e promover a sua consensualização com a população e com quem vai efetivamente utilizar as ciclovias.

Presidente da Assembleia Municipal – Quero referir o seguinte, o que aconteceu aqui não foi nenhuma solicitação de esclarecimento, foi uma intervenção. Portanto, quero referir aqui perante a Assembleia e perante eventuais intervenções futuras porque isto foi intervenção não foi um pedido de esclarecimento e não está a cumprir o Regimento. No futuro obviamente que a Mesa terá toda a legitimidade porque estamos aqui para fazer cumprir o Regimento.

Nos termos do nº. 2 artigo 39º. do Regimento da Assembleia Municipal que tem a duração de vinte minutos, podem solicitar esclarecimentos e terão que fazer antecipadamente a sua inscrição. Portanto, isto não foi nenhum esclarecimento, isto foi uma posição.

O Senhor Rui Amaro Alves não pertence à Assembleia Municipal.

Passando à frente, tenho outro pedido de intervenção do Senhor Luís Vicente Barroso que neste momento entregou à Mesa um comunicado que vou passar a ler:

“Luís Vicente Barroso, morador na Avenida Afonso de Paiva, 16-5º. Esq. – 6000-076 Castelo Branco, vem comunicar que ao contrário do que é habitual, como cidadão não pretende intervir nesta sessão de Assembleia Municipal de Castelo Branco como forma de protesto pelo não cumprimento do regimento, artigo 57º, nºs. 1 e 2 e da lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, artigo 49º, nºs. 1 e 3.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Lamenta a convivência institucional, de todos os partidos aqui representados por mais um atentado à legalidade, à transparência e à participação cidadã.

Agradeço, se assim o entender, faça a leitura deste requerimento/protesto nesta Assembleia Municipal.”

A leitura está feita, quero dizer ao Senhor Luís Barroso que estarei disponível, posteriormente, para fazer uma reunião e conversarmos acerca deste assunto para podermos de alguma forma esclarecer aquilo que quer referir aqui porque também não entendo muito bem.

Portanto não sei, Senhor Presidente da Câmara relativamente a esta intervenção do público se quer fazer alguma intervenção, não estando no seu direito, poderá posteriormente fazer esclarecimentos por escrito, mas se eventualmente quiser fazer a sua intervenção final, obviamente que tem a palavra com todo o gosto.

Presidente da Câmara Municipal – Vou deixar aqui duas notas em relação à intervenção do Senhor Rui Amaro Alves ao que se refere ao prazo de concretização das obras. É algo que preocupa o Executivo da Câmara Municipal, preocupa os cidadãos albicastrenses e acredito também que preocupe as empresas que estão a trabalhar no concelho de Castelo Branco.

Tenho conversado ao longo destes dois meses e meio com alguns dos empreiteiros e responsáveis pelas obras e estamos a tentar que tenham uma celeridade maior do que aquela que têm tido. Há aqui vários fatores que depois poderei conversar com o Professor Rui Alves acerca de alguns deles.

No que respeita às cicloviarias, pretendemos trazer a Castelo Branco o autor do projeto para discutir as questões que apresentei anteriormente, mas também para fazer uma avaliação da importância das cicloviarias para a cidade e de aspetos a melhorar.

Considerando esta intervenção do Senhor Professor Rui Amaro Alves, agradecia-lhe também que nos fizesse chegar por escrito, quais os troços dessas cicloviarias que considera serem, digamos assim, críticos no que respeita à segurança dos peões e também dos futuros ciclistas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Aproveitava Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para deixar uma mensagem final e uma mensagem de esperança. O ano 2021 voltou a ser um ano difícil, um ano em que fomos flagelados pelo Covid-19, alguns especialistas dizem que é a última variante desta pandemia e que em breve estaremos livres deste problema. Eu não sou especialista, portanto, não tenho dados para avaliar, mas temos a esperança que esta situação venha a melhorar e para isso é também importante o nosso contributo enquanto cidadãos responsáveis e cidadãos que respeitam as regras da DGS.

Dizia que o ano de 2021 foi um ano difícil a diferentes níveis, mas temos a esperança que o ano de 2022 seja um ano de progresso do ano de desenvolvimento e o ano em que todos aqueles que estão no Executivo da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, dos diferentes partidos que estão e não estão representados nesta Assembleia Municipal que continuam a trabalhar em prol de Castelo Branco.

Temos a esperança que o ano de 2022 seja um pouco melhor para nós e nossas famílias e também para os cidadãos deste concelho. É para isso que estamos todos convocados, a dar o melhor de nós, a concordar e a discordar nos momentos de discordância.

Aceitamos a crítica, aceitamos a não concordância porque também entendemos por essa via, fazemos Castelo Branco, e contribuimos para o progresso de Castelo Branco.

Quero desejar a todos e a todas um Ano de 2022, com saúde, paz, segurança e progresso para a nossa comunidade.

Presidente da Assembleia Municipal – Estamos a cerca de 34,5 horas de entrar num Novo Ano. É tempo de balanço, é tempo também para começar e para recomeçar.

Formulo em nome da Mesa e julgo que interpreto a vossa concordância se o fizer também em nome de toda a Assembleia Municipal – Votos de continuação de Boas Festas.

Vem aí o ano de 2022, que ele nos traga saúde, paz, progresso, desenvolvimento e como dizia o Presidente do Executivo, esperança.

E, hoje, a melhor maneira para terminar é através do colorido da poesia com as palavras de Miguel Torga, Recomeça:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Recomeça...
Se puderes
Sem angústia
E sem pressa.
E os passos que deres,
Nesse caminho duro
Do futuro
Dá-os em liberdade.
Enquanto não alcances
Não descanses.
De nenhum fruto queiras só metade.

E, nunca saciado,
Vai colhendo ilusões sucessivas no pomar.
Sempre a sonhar e vendo
O logro da aventura.
És homem, não te esqueças!
Só é tua a loucura
Onde, com lucidez, te reconheças.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 13 horas e 25 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O 1.º Secretário,